

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS**

JULIANA UEHARA CARDOSO

**ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO DA ECOEFICIÊNCIA EM
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS RELACIONADAS NO ISE DE 2015
A 2018**

Osasco

2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS.**

JULIANA UEHARA CARDOSO

**ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO DA ECOEFICIÊNCIA EM
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS RELACIONADAS NO ISE DE 2015
A 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
São Paulo como requisito para aprovação
no curso de Bacharelado em Ciências
Contábeis.

Orientador: Heloisa Hollnagel

Osasco

2019

RESUMO

Com a crescente preocupação com o futuro do meio ambiente, muitos estudos e diversas ações estão começando a fazer parte não somente do dia-a-dia da população, mas também das grandes instituições financeiras do Brasil que estão tomando a consciência do seu impacto no ambiente. E diante desse cenário, o conceito de ecoeficiência se inseriu na realidade dos bancos, e além de ações para redução de consumos que impactam o meio ambiente, os bancos devem entender a importância da divulgação em Relatório de Sustentabilidade, cumprindo assim exigências legais, sociais e ambientais. Este estudo visa apresentar uma análise da divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade das Instituições Financeiras comparando com as respostas dadas por elas no questionário do ISE quanto às ações de ecoeficiência, verificando se há veracidade e comprometimento das empresas analisadas quanto à divulgação. De acordo com a pesquisa bibliográfica, os bancos se mostraram muito conscientes de seus impactos, mesmo não possuindo impacto direto no meio ambiente, promovem dessa forma, diversas ações que mitigam e conscientizam seus funcionários quanto às ações sustentáveis. Porém, ainda existem alguns pontos de melhoria na divulgação das suas ações e resultados tanto financeiros quanto ambientais, como por exemplo a divulgação do retorno financeiro dos projetos implantados.

Palavras-chaves: Instituição financeira, ecoeficiência, sustentabilidade.

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1 - Desenvolvimento Sustentável	13
FIGURA 2 - Indicadores para a sustentabilidade	16
FIGURA 3 - Ações ecológicas empresariais	17
FIGURA 4 - Dimensões da ISE	19
FIGURA 5 - Quadro comparativo das categorias do ISE	20
FIGURA 6 - Carteira da ISE 2018	20
FIGURA 7 - Responsabilidade socioambiental nas instituições financeiras no Brasil...22	
FIGURA 8 - Benefícios de considerar as questões sociais e ambientais	24
FIGURA 9 - Financiamentos Socioambientais – Corporate	29
FIGURA 10 - Principais compromissos de responsabilidade ambiental/social do Banco Santander	30
FIGURA 11 - Estratégia no Banco Itaú.....	31
FIGURA 12 - Mandala dos direcionadores de avaliação de risco socioambiental	32
FIGURA 13 - Principais compromissos de responsabilidade ambiental/social do Banco Itaú	33
FIGURA 14 - Principais compromissos de responsabilidade ambiental/social do Banco Bradesco	36

LISTA DE TABELA

TABELA 1 - Respostas ao questionário do ISE - Água	37
TABELA 2 - Consumo de água do Banco Santander	37
TABELA 3 - Consumo de água do Banco Santander Global	38
TABELA 4 - Consumo de água do Banco Itaú	38
TABELA 5 - Consumo de água do Banco Bradesco	39
TABELA 6 - Comparação de consumo de água entre os bancos.....	40
TABELA 7 - Respostas ao questionário do ISE - Energia.....	41
TABELA 8 - Consumo de energia do Santander	41
TABELA 9 - Consumo de energia do Itaú	43
TABELA 10 - Consumo de energia do Bradesco	44
TABELA 11 - Comparação de consumo de energia entre os bancos	45
TABELA 12 - Respostas ao questionário do ISE – Papel.....	45
TABELA 13 - Consumo e reciclagem de papel do Santander	46
TABELA 14 - Consumo e reciclagem de papel do Santander Global	46
TABELA 15 - Consumo e reciclagem de papel do Itaú.....	47
TABELA 16 - Consumo e reciclagem de papel do Bradesco	47
TABELA 17 - Comparação de consumo e reciclagem de papel entre os bancos	48
TABELA 18 - Respostas ao questionário do ISE – Combustível	48
TABELA 19 - Quilometragens rodadas do Itaú.....	49
TABELA 20 - Quilometragens rodadas do Bradesco	20
TABELA 21 - Respostas ao questionário do ISE – Lixo Eletrônico	51
TABELA 22 - Quantidade destinados a reciclagem de lixo eletrônico do Santander em peças	51
TABELA 23 - Quantidade destinados a reciclagem de lixo eletrônico do Santander em kg	52
TABELA 24 - Quantidade destinados a reciclagem de lixo eletrônico do Itaú	53

TABELA 25 - Respostas ao questionário do ISE – Energia Renovável.....	54
TABELA 26 - Consumo de energia renovável do Santander	54
TABELA 27 - Consumo de combustível renovável do Santander.....	54
TABELA 28 - Consumo de combustível renovável do Itaú	55
TABELA 29 - Respostas ao questionário do ISE – Água de Reuso	56
TABELA 30 - Consumo de água de reuso do Itaú.....	57
TABELA 31 - Consumo de água de reuso do Bradesco	57
TABELA 32 - Comparação entre bancos – Água de reuso.....	57
TABELA 33 - Respostas ao questionário do ISE – Material FSC.....	58

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. JUSTIFICATIVA.....	10
3. OBJETIVOS.....	11
3.1 GERAL.....	11
3.2 ESPECÍFICOS.....	11
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
4.1. Evolução do aspecto ambiental na história.....	12
4.2. Gestão Ambiental e evidenciação de informações ambientais.....	13
4.3. A Ecoeficiência.....	15
4.4. O ISE.....	18
4.5. Ecoeficiência nas instituições financeiras.....	21
4.6. Cenário geral do meio ambiente nas Instituições Financeiras.....	23
4.7. Estratégias identificadas nos maiores bancos de varejo do Brasil.....	25
5. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	26
6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	27
6.1. Estratégias dos bancos.....	27
6.1.1. Banco Santander.....	27
6.2.2. Banco Itaú.....	30
6.2.3. Banco Bradesco.....	33
6.3. Comparando as iniciativas e resultados dos bancos.....	36
6.3.1. Consumo de água.....	36
6.3.2. Consumo de energia.....	41
6.3.3. Consumo de papel.....	45
6.3.4. Consumo de combustível.....	48
6.3.5. Destinação de lixo eletrônico.....	51
6.3.7. Energia Renovável.....	53
6.3.8. Utilização de água de reuso.....	55
6.3.9. Utilização de material com certificado FSC.....	58
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	61

1. INTRODUÇÃO

O mercado se tornou extremamente competitivo em todas as áreas de atuação, por isso é importante que as empresas encontrem maneiras positivas para se manterem ativas diante dessa realidade. Desta forma, a definição de estratégias tem um papel muito importante numa instituição. A estratégia é a forma como a empresa se posiciona dentro do mercado e de seu ambiente de negócio, buscando vantagens competitivas e um posicionamento de satisfação diante de seus clientes (FONSECA, 2017).

Diante deste cenário em que as empresas se encontram, algumas iniciativas devem ser tomadas para que se tenha um diferencial. E uma das estratégias utilizadas é a melhor interação das empresas com o meio ambiente e seu papel dentro da sociedade, as ações que atendem às exigências legais ambientais ou projetos próprios e a implantação de processos mais eficientes. O desenvolvimento sustentável das empresas apresenta três importantes pilares (*Triple bottom line*): econômico, social e ambiental.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi originado a partir da necessidade de preservação do meio ambiente concomitantemente com a melhor qualidade de vida da sociedade, por isso essa abordagem está muito presente nas discussões de diversas empresas, para que encontrem formas de causar um impacto positivo, trazendo para a empresa uma grande oportunidade de negócio também (SOUZA *et al*, 2013).

Com esse conceito as empresas começam a se preocupar com o seu papel e entendem as vantagens em investir em projetos que tragam tanto benefício ao meio ambiente e sociedade, como também uma forma de proporcionar retornos financeiros aos acionistas (VELLANI *et al*, 2008). Por isso, fica o desafio para que empresários sejam competitivos no mercado, com produtos de qualidade e com menor custo, e ao mesmo tempo investir em tecnologias que reduzam os impactos negativos no meio ambiente, visto que a responsabilidade ambiental é uma questão de visão, estratégia e sobrevivência no mercado (TREVISAN *et al*, 2008).

O artigo 225 da Constituição Federal impõe o dever de preservar e defender o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Dessa forma, é de responsabilidade também das empresas que tenham ações que garantam o melhor cenário ao meio ambiente. Por isso, para que uma empresa seja economicamente viável, é necessário que em seu processo de produção não haja desperdícios, de forma a aproveitar todas as possibilidades de ter um retorno financeiro positivo. A integração entre o bom desempenho tanto econômico como ambiental, dá-se o nome de Ecoeficiência.

A Ecoeficiência consiste em produzir produtos ou prestar serviços com preços competitivos e que tragam benefícios para a qualidade de vida, concomitantemente com as ações de redução de impactos ambientais negativos e garantindo que o ciclo de vida dos produtos seja minimamente respeitado em linha com a capacidade de ser renovada pela natureza novamente (WBCSD, 2006).

Esta é uma prática presente não somente em indústrias, que produzem produtos mais eficientes, mas também em instituições financeiras (prestadoras de serviços) que devem cumprir suas responsabilidades em relação ao meio ambiente. Dessa forma, estão de acordo com a Resolução 4.327 da CMN, que dispõe sobre a responsabilidade socioambiental das instituições financeiras que são autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

A ecoeficiência nas instituições financeiras seguem como base a estratégia dos “3 R’s” – Reduzir, Reutilizar e Reciclar, e estão presentes na eficiência energética, redução do consumo de recursos (papel, água, etc), destinação correta de seus resíduos, coleta seletiva, entre outras possíveis ações internas. Todas essas ações resultam em benefícios para o meio ambiente e redução de gastos consideráveis.

Uma das formas de acompanhar quais as ações ecoeficientes das instituições financeiras e seus resultados é observando as publicações periódicas de relatórios de sustentabilidade que realizam, por serem instituições de capital aberto, e por questionários de acesso público aplicados por algumas iniciativas que acompanham o desenvolvimento ambiental das empresas como no caso do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, que é uma base de comparação de performance de empresas listadas no B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) com relação à assuntos sobre sustentabilidade corporativa, dando uma visão geral sobre nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência, prestação de contas e dimensões econômico-financeiras (ISE, 2017).

Os fundamentos da ISE, de acordo com o sítio eletrônico¹, é ser transparente quanto às respostas das empresas e manter um diálogo entre usuários (sociedade) e as partes interessadas, com o intuito de ser legítimo, representativo e atual quanto as expectativas sobre a responsabilidade empresarial. Visando a transparência das informações, esta pesquisa se propôs analisar: qual o nível de transparência que as instituições financeiras estão garantindo em relação às informações prestadas na pesquisa em comparação a suas publicações (relatório de sustentabilidade)?

¹ Disponível em: <http://isevmf.com.br/o-que-e-o-ise?locale=pt-br>. Acesso em: 27 de março de 2018.

2. JUSTIFICATIVA

Com o crescimento da preocupação com o meio ambiente a população tem buscado por empresas com produtos que tenham menores impactos ambientais negativos, e dessa maneira as empresas em geral entendem que quanto mais se investe em projetos e ações sustentáveis, melhor será para o meio ambiente e para o negócio.

O conceito de Ecoeficiência traz essa oportunidade, pois é possível otimizar a utilização de insumos, reduzir a geração de resíduos, trazendo benefícios tanto ambientais quanto econômicos para a empresa, como o aumento da lucratividade. Dessa forma, este trabalho traz uma análise das instituições financeiras quanto às suas ações em relação ao meio ambiente e o quão transparentes são com relação as informações divulgadas em suas publicações nos relatórios de sustentabilidade.

É importante também deixar evidente que o investimento realizado em projetos ambientais não é um desperdício ou apenas para atender a legislação. Esse assunto deve ser levado com uma forma de estratégia para melhorar a imagem da empresa, reduzir os custos e despesas para aumentar a lucratividade e muito mais que isso, poder melhorar a interação com o meio ambiente e incentivar que outras empresas, e até mesmo a população, tenham a consciência da importância em preservar o meio ambiente que vivemos.

A evidenciação dessas práticas e seus resultados, tanto econômicos quanto ambientais das instituições financeiras, devem ser transparentes e retratar a realidade. Dessa forma, é possível o acompanhamento, por se tratar de empresas com o capital aberto, dos benefícios que os projetos estão trazendo para cada banco pela população e pelos investidores e acionistas (usuários das informações) dessas instituições.

Portanto, este trabalho também traz uma visão dos projetos realizados pelos bancos que se dizem ser praticantes da ecoeficiência, sua transparência quanto suas evidenciações nas publicações realizadas, e demonstrar os benefícios econômicos que a implantação dessa prática pode trazer para uma empresa.

Para analisar a expressão da Ecoeficiência nas organizações serão observados os seguintes aspectos, de acordo com o questionário do ISE: Consumo de água; Consumo de energia; Consumo de papel; Consumo de combustível; Destinação de lixo eletrônico; Energia Renovável; Utilização de água de reuso e Utilização de material com certificado FSC.

A escolha do recorte temporal (2015-2018) para essa análise se deve à crise hídrica em SP entre os anos de 2014 e 2016 que teve impacto também na geração de energia (considerando que a nossa matriz é considerada limpa pela presença das hidroelétricas no Brasil).

No período da crise hídrica, sociedade e empresas adotaram mudanças de hábito no padrão de uso de água e energia elétrica, visando reduzir o desperdício.

3. OBJETIVOS

3.1 GERAL

Este trabalho tem como objetivo analisar as evidências relatadas na pesquisa gerada pelo ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) em que algumas instituições financeiras responderam, comparando-as com as evidências de atividades e programas de ecoeficiência descritas nos relatórios de sustentabilidade publicados por elas, a fim de identificar se há transparência e coerência no que cada instituição financeira alega e se as ações são evidenciadas nas demonstrações contábeis.

3.2 ESPECÍFICOS

O delineamento das questões propostas para a análise desta pesquisa pautou-se nos seguintes objetivos específicos:

- Analisar quais instituições financeiras estão na base de dados da ISE e selecionar as mais adequadas para o presente estudo;
- Verificar se as informações respondidas no questionário estão condizentes com as publicações dos relatórios de sustentabilidade;
- Evidenciar os registros sobre consumo de água; consumo de energia; consumo de papel; consumo de combustível; destinação de lixo eletrônico; energia Renovável; utilização de água de reuso e utilização de material com certificado FSC nos relatórios e nas respostas fornecidas ao ISE;

- Identificar a partir das informações contábeis as ações ecoeficientes por meio da comparação entre as instituições e em cada uma ao longo dos quatro anos de estudo;
- Inferir sobre possíveis benefícios econômicos obtidos com a implantação das ações ecoeficientes.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1. Evolução do aspecto ambiental na história

É possível identificar as alterações do meio ambiente muito antes do surgimento das grandes indústrias na época da Revolução Industrial, porém todas essas as modificações que aconteceram foram necessárias para que a sociedade pudesse se desenvolver (SANCHEZ, 2009).

É possível verificar esse desenvolvimento, anos depois, com a própria Revolução Industrial, que foi uma época marcada pela mudança do processo produtivo, passando a produzir a partir de máquinas, com a vantagem da redução de preços de vendas e aumentando o poder de compra da população (CAVALCANTE *et. al.*, 2011). Em consequência disso, o meio ambiente foi muito mais impactado, pois como as máquinas funcionavam a partir da queima de combustíveis fósseis, a atmosfera começou a receber uma quantidade elevada de dióxido de carbono, resultando dessa forma num impacto ambiental negativo muito grande (GOLDEMBERG, 2000).

Diante de todos os resultados dos impactos causados no meio ambiente, sentiu-se a necessidade de realizar encontros entre países para se discutir maneiras de mitigar os impactos. Em 1972, aconteceu a Conferência de Estocolmo, que foi a precursora no assunto sobre regimes internacionais ambientais e que deu origem ao conceito de Eco Desenvolvimento (BERCHIN *et. al.*, 2015). Segundo a Declaração da Conferência da ONU (1972), a cada dia que passa aumenta a capacidade do homem de utilizar a tecnologia e ciência para melhorar o meio em que vivemos, pois é considerada uma meta imperiosa da humanidade a defesa de um ambiente bom para as futuras gerações.

Outro encontro muito importante e que marcou a história foi, depois de 20 anos da Conferência de Estocolmo, a Eco 92 no Rio de Janeiro, com o objetivo de criar uma aliança entre todos os países para uma sociedade mais sustentável, procurando identificar

os problemas, formas de enfrentá-los e definir metas para as próximas décadas (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992).

Com todas as discussões sobre o futuro do meio ambiente, desenvolveu-se o conceito de Desenvolvimento Sustentável em 1987, no relatório de Brundtland e concretizado após a Eco-92, que consiste em usar racionalmente os recursos naturais garantindo o bem-estar social e o crescimento econômico que supra as demandas da população (CARVALHO *et. al.*, 2015), ou seja, que haja desenvolvimento com as três frentes integradas (ambiental, social e econômica).

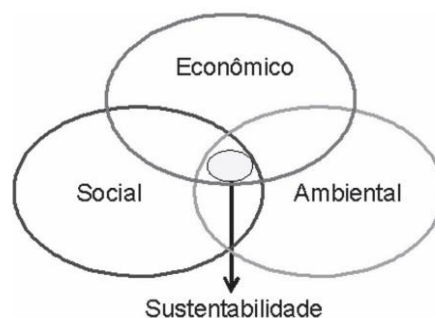


Figura 1 - Desenvolvimento Sustentável
Fonte: NASCIMENTO, 2012

Ainda segundo o Relatório Brundtland, algumas medidas importantes devem ser tomadas pelos Estados, como por exemplo, preservação da biodiversidade e ecossistemas, redução do consumo de energia e utilização de energias renováveis, produção com tecnologias ecologicamente adaptadas, entre outros. E internacionalmente uma das premissas é que as organizações devem adotar estratégia de desenvolvimento sustentável.

4.2. Gestão Ambiental e evidenciação de informações ambientais

A dinâmica da sociedade e da natureza tem espaço e tempos diferentes, enquanto a natureza tem seu tempo para se recompor, a sociedade necessita que a natureza seja recomposta mais rapidamente para atender às suas necessidades. O foco das empresas, que fazem parte da sociedade, é a geração de lucros, e para isso necessitam que a produção aconteça de forma rápida, porém a natureza não consegue seguir o tempo do homem, e a consequência são todos os impactos ambientais negativos que percebemos, porém é necessário que a natureza seja preservada, pois sem ela não há manutenção da vida, e é

por isso que as empresas devem efetivar a ideia da Gestão Ambiental dentro da organização (FORNO, 2017).

Diante disso a definição de sustentabilidade deixa de ser apenas uma forma de preservação ambiental e passa a ser também uma função administrativa, e em consequência disso, surgem novas exigências e uma nova função na estrutura administrativa (NASCIMENTO, 2012). Portanto, para se ter um Sistema de Gestão Ambiental numa empresa é necessário que haja do empreendedor uma consciência de fazer suas escolhas sempre pensando no entorno da empresa, nos impactos ao Meio Ambiente, no retorno financeiro e em relação ao mercado que atua, independente do porte da empresa (FORNO, 2017).

Primeiramente, para se ter um bom Sistema de Gestão Ambiental (SGA), é necessário por parte da empresa que seja diagnosticada todas as possíveis fontes que impactam o meio ambiente no processo produtivo, e em seguida o SGA entra como uma forma de planejar, organizar, controlar e diminuir os impactos ambientais negativos, ou seja, a empresa identifica as vulnerabilidades e planeja formas de prevenir e corrigir tais impactos (NASCIMENTO, 2012).

Ainda segundo Nascimento (2012), o SGA também pode trazer uma forma eficaz de gerenciar os aspectos e impactos ambientais, possibilitando as mudanças de atitudes e de cultura tanto da empresa quanto de seus funcionários em relação ao meio ambiente, e mais que isso, possibilita a alavancagem dos resultados financeiros da empresa, pois estará em constante diagnóstico de melhoria no processo e serviço.

As normas ISO 14000 foram criadas para que houvesse uma padronização na questão dos Sistemas de Gestão Ambiental. Empresas que atendem a essa norma, podem ser consideradas internacionalmente como diferenciadas e que atendem a todas às legislações ambientais. As premissas para conseguir essa certificação, são: ter implantado o Sistema de Gestão Ambiental, cumprir a legislação ambiental e ter o compromisso de melhoria contínua.

Outro grande passo para a conscientização do meio ambiente nas empresas, foi a questão da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que nada mais é que a relação da empresa com os Stakeholders, da conduta ética nos negócios e compromisso com o desenvolvimento sustentável, ou seja, não há desenvolvimento corporativo sem que haja a preocupação com a redução dos impactos ambientais. A *Commission of the european communities* defende em seu site a importância da RSC, pois faz com que as empresas

sejam mais sustentáveis e inovadoras, o que contribui para o crescimento de uma economia sustentável (MONTEIRO *et. al.*, 2007).

Ainda conforme os autores, outros ramos se mobilizaram para criar formas de incentivar a consciência ambiental juntamente com o crescimento econômico, dentre elas foi a Contabilidade, que evidencia ações relevantes que possam ter algum efeito no meio ambiente e o patrimônio das empresas. A contabilidade traz uma visão mais transparente sobre as informações, sobre o quanto a empresa é responsável em vários aspectos e conformidade com políticas e a legislação.

A contabilidade ambiental é uma integração entre as informações financeiras e de custos para aumentar a eficiência de produção, reduzir os custos de proteção ambiental e na gestão de resíduos. Para as questões ambientais, a contabilidade teve que assumir novos controles como o de redução de fornecimento de materiais e aumento de utilização de materiais recicláveis, redução de consumo de água, energia e emissão de poluente para a atmosfera (TINOCO *et. al.*, 2006).

Para desenvolver uma padronização nas divulgações de informações ambientais, a ISAR (*International Standards of Accounting and Reporting*) realizou diversas pesquisas na área para desenvolver um modelo de evidenciação ambiental, preocupada com a deficiência que existia em relação às divulgações e desenvolvimentos no quesito meio ambiente, de modo que pudessem demonstrar como a saúde financeira depende do desempenho ambiental e como essas informações podem ser analisadas para avaliar o risco ambiental. Os resultados ambientais são importantes para os proprietários e acionistas, pois os impactos potenciais sobre o meio ambiente podem afetar o retorno financeiro aplicado na empresa (ISAR, 1998).

4.3. A Ecoeficiência

A ecoeficiência é a ação de integrar o desempenho econômico e ambiental, ou seja, todos os gastos incorridos devido a algo relacionado ao meio ambiente deve gerar algum retorno financeiro e essas ações devem estar relacionadas a redução de resíduos da empresa. É o ato da empresa de produzir sem contaminar o meio e ter o consumo consciente de recursos naturais (VELLANI *et. al.*, 2008).

A poluição pode ser considerada um recurso que se desviou do sistema de produção, ou seja, uma anomalia econômica. Por isso, para evitar a dispersão de poluição

para o meio, surgiu a necessidade de controle ambiental, que é considerado uma estratégia e uma vantagem competitiva no mercado (ALMEIDA, 2002).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE inclusive adotou o tema Meio Ambiente e Crescimento Verde em seus temas de interesse de estudo e na produção de orientação política. Embora, a evolução em relação à sustentabilidade das empresas ter seu início com a preocupação da conformidade com as legislações em relação aos níveis de poluição ambiental, o foco foi se tornando mais abrangente. Nesse contexto, o programa de Produção Mais Limpa implantou o conceito de ecoeficiência, considerada a primeira conexão entre os pilares econômicos (ambiental, social e econômico) (OCDE, 2000).



Figura 2 – Indicadores para a sustentabilidade
Fonte: ODCE, 2000

O uso excessivo de recursos naturais, não só traz desequilíbrio no sistema ambiental e social, mas também tem consequências nos sistemas econômicos. A ecoeficiência é uma forma de manter os pilares em equilíbrio, pois faz com que a produção e o fornecimento de bens e serviços reduzam o impacto ambiental e o consumo de recursos naturais a um nível que seja possível a sua renovação natural, sem que haja perda nos quesitos de satisfação humana e que mantenha os preços competitivos (ALMEIDA, 2002).

A ecoeficiência traz vantagens competitivas para a empresa, por se comprometer a reduzir resíduos na produção e consequentemente atender as políticas e estratégias, sempre melhorando a qualidade e o tempo de fabricação, ou seja, há redução de custos e podem se tornar mais competitivas, a melhoria no desempenho ambiental também traz vantagens no aumento na participação nos mercados existentes (NASCIMENTO, 2012).

O assunto de ecoeficiência está se tornando cada vez mais popular nas empresas, pois além de criar um ambiente com melhorias no processo produtivo e redução de custos operacionais, também estimula a capacidade das empresas de criação e inovação, pode ser considerada uma estratégia que visa o desenvolvimento de tecnologias, transparência e cooperação entre outras partes da sociedade. Se tornou um assunto importante, fazendo parte cada vez mais das políticas e missões das empresas (WBCSD, 2006).

O conceito de ecoeficiência possui três objetivos, segundo a ODCE (2000):

- Redução de consumo de recursos: redução de utilização de recursos naturais, incentivando a prática da reciclagem e garantindo o ciclo completo de vida dos materiais.
- Redução de impactos na natureza: redução de emissão de poluentes e utilização de materiais renováveis.
- Melhoria do valor do produto ou serviço: vender produtos mais funcionais e que utilizem menos matéria prima na sua produção.

Podendo ainda existir um quarto objetivo que é a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, assegurando que todos os riscos e oportunidades com o meio ambiente sejam corretamente geridos pela empresa (ODCE, 2000).

As ações ambientais podem ser classificadas como as que atuam sobre os resíduos gerados no processo produtivo e as não estão relacionadas à produção, porém para conseguir medir a ecoeficiência é necessário que seja segregada essas informações. Analisando as ações do processo produtivo é possível verificar quatro direções diferentes, segundo Vellani e Ribeiro (2008):

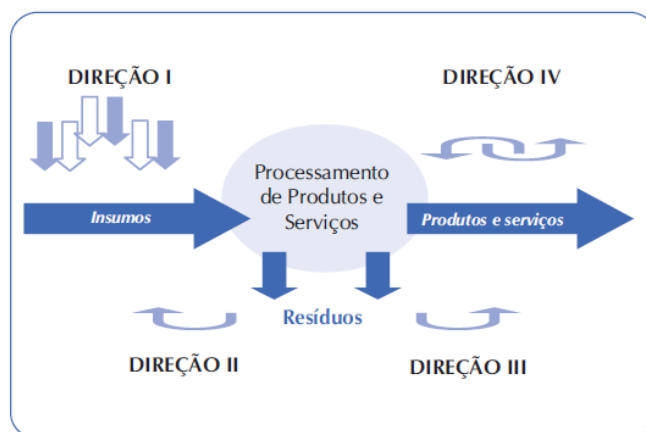


Figura 3 – Ações ecológicas empresariais
Fonte: VELLANI *et. al.*, 2008

Na figura 4, a Direção I deve seguir a ideia de reduzir o consumo de matéria-prima não renovável e aumentar a utilização de materiais recicláveis e renováveis, além de implantar ações de redução de insumos na produção. Na Direção II, encontrar formas de utilizar os resíduos gerados na produção como insumos novamente para a produção. Na Direção III, utilizar os resíduos gerados e transformar em produtos. E por último na Direção IV, encontrar soluções para a emissão de poluentes de qualquer natureza e introduzir o conceito de coleta seletiva.

Além da implantação do conceito de ecoeficiência nas empresas, há também a necessidade de fornecer informações sobre todo o esforço em relação a este assunto, pois para alcançar o objetivo da ecoeficiência é importante garantir a finalidade da ação ecológica e do resultado econômico-financeiro das ações, e para que isso ocorra, a melhor forma de medir a eficiência ambiental e econômica é a partir da contabilidade ambiental, que entra com o papel de captar e medir esses fatores (VELLANI e RIBEIRO, 2008).

A ciência contábil, que traz a ideia de informar por indicadores físicos e monetários a relação da empresa com o meio ambiente, deve ser bem estruturada para que seja possível a divulgação adequada das informações dos retornos financeiros que os projetos e ações ambientais trazem à empresa (VELLANI, 2006). A NBC T 15, apesar de não obrigar as empresas a divulgarem as informações ambientais, estabelece procedimentos para evidenciação de informações ambientais para que seja possível demonstração da responsabilidade ambiental da empresa para a sociedade.

4.4. O ISE

Criada em 2005, por iniciativa da *International Finance Corporation* (IFC), o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável e estimular a ética empresarial dentro das corporações da atualidade. Com as informações do ISE é possível realizar uma análise da performance das empresas listadas na Bolsa de Valores, em relação aos aspectos como a sustentabilidade corporativa (eficiência econômica, equilíbrio ambiental, entre outros). Também é possível realizar uma diferenciação quanto às empresas que são comprometidas com a sustentabilidade, analisando o nível de desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas e juntamente com o desenvolvimento financeiro (ISE, 2017).

Tem como missão o apoio a investidores que se preocupam em questões socioambientais e incentivam a utilização de práticas sustentáveis. O processo de seleção das empresas que compõe a base de dados da ISE se baseia na análise nas respostas a um questionário, que é composto por sete dimensões comparadas com as divulgações realizadas pelas empresas e depois atribuídas notas para cada dimensão, segundo o site do ISE (2017), são elas:

- Dimensão Geral: Transparência quanto às informações divulgadas;
- Dimensão Natureza do Produto: Impactos pessoais dos produtos/serviços oferecidos;
- Dimensão Governança Corporativa: Relacionamento da Alta Administração com os funcionários e práticas relacionadas a conflito de interesses;
- Dimensão Econômico-financeira, Ambiental e Social: Cumprimento legal;
- Dimensão de Mudança do Clima: Gestão de abertura das informações.

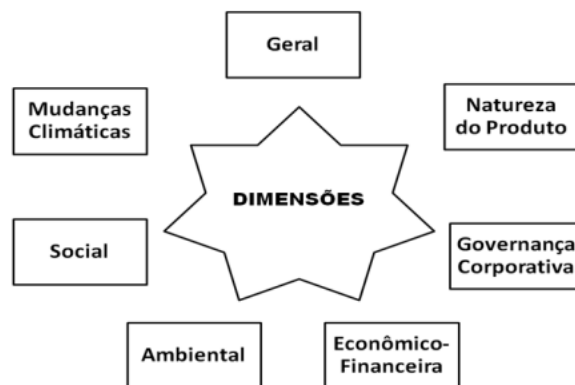


Figura 4 – Dimensões da ISE
Fonte: MARCOVITCH, 2012

Podem ser categorizadas de três formas, a Elegível, que são empresas abertas emissoras de mais de 200 ações líquidas e a única que faz parte da carteira, ela deve apresentar as respostas ao questionário com suas devidas evidenciações. A categoria Treineira consiste em empresas abertas, não constituem a carteira da ISE, porém devem responder ao questionário sem necessidade de evidências, e recebem ao final da análise técnica a pontuação. E por último, há a categoria Simulado, que é apenas uma forma das empresas conseguirem calcular o desempenho quantitativo do ano anterior e simular possíveis medidas que estejam planejando implantar nas estruturas da empresa (ISE, 2017).

QUADRO COMPARATIVO DAS CATEGORIAS DO ISE

Atributos	Categoria de participação		
	Elegível	Treineira	Simulado
Possibilidade de integrar a carteira	Sim	Não	Não
Oportunidade de reunião com Equipe ISE	Sim	Não	Não
Questionário a ser respondido	Do ano em curso	Do ano em curso	Do ano anterior
Relatório qualitativo (análise dos documentos corporativos)	Sim	Não	Não
Relatório quantitativo (desempenho da empresa, desempenho máximo, desempenho médio da carteira e médio dos participantes)	Sim	Sim	Sim
Recebimento do relatório quantitativo	No fim do ciclo	No fim do ciclo	Imediato
Flexibilidade dos prazos	Não	Não	Sim
Quem pode participar	Emissoras das 200 ações mais líquidas	Todas as empresas listadas	Todas as empresas listadas

Figura 5 – Quadro comparativo das categorias do ISE

Fonte: ISE, 2017. Disponível em: <http://iseb3.com.br/categorias-de-participacao>

De acordo com PEÇANHA (2012), as empresas também são classificadas quanto aos níveis de impactos que seus produtos e serviços podem causar, a classificação é feita por grupos, em que os grupos de A à C têm aspectos ambientais de alto risco, grupo E são empresas de Transporte e Logística, grupo F de Serviços e IF de Serviços Financeiros, estes três últimos não apresentam potencial poluidor. As Instituições Financeiras, por mais que possuam práticas sustentáveis, podem ser consideradas como potenciais poluidoras quando financiam outras organizações que apresentam práticas questionáveis quanto ao meio ambiente.

Segundo o site do ISE, as empresas que compõem a carteira de 2018, reúne 33 ações de 30 companhias, e representam 12 setores do mercado brasileiro, são elas:

Carteira 2018				
AES Tiete	CCR	CPFL	Engie	Natura
B2W	Celesc	Duratex	Fibria	Santander
Banco do Brasil	Cemig	Ecorodovias	Lojas Americanas	Telefônica
Bradesco	Cielo	EDP	Lojas Renner	Tim
Braskem	Copel	Eletropaulo	MRV	Weg

Figura 6 – Carteira da ISE 2018

Fonte: ISE, 2017

A divisão das empresas é feita a partir do nível de impactos que os seus produtos podem causar ao meio ambiente, o foco deste trabalho está no grupo das Instituições Financeiras, que não são potenciais poluidoras, porém podem financiar organizações com práticas adversas ao meio ambiente. Os bancos que são listadas nesse índice devem responder a um questionário, que fica disponível no próprio site do ISE, que abrange os seguintes indicadores:

Indicador 1 - Compromisso, abrangência e divulgação de políticas e de critérios socioambientais

Indicador 2 - Gerenciamento e monitoramento de risco socioambiental

Indicador 3 - Engajamento com partes interessadas

Indicador 4 - Compromisso global: mudanças climáticas e biodiversidade

Indicador 5 - Produtos e serviços socioambientais

Indicador 6 - Consumo de recursos – inputs

Indicador 7 - Sistemas de gestão

Indicador 8 - Área de preservação permanente, reserva legal e áreas contaminadas

4.5. Ecoeficiência nas instituições financeiras

Os bancos privados buscam sempre a eficiência econômica, seguindo um novo modelo de desenvolvimento sustentável, pois começam a dar suporte financeiro para as empresas que queiram implementar programas ecoeficientes, a demanda por crédito é crescente para este fim, dando oportunidade de criação de novos negócios e manter os compromissos ambientais, e mais que isso, os bancos além de financiarem projetos estão incentivando a conscientização da sociedade por meio das suas agências (ALVES, 2009).

O Banco Central (BACEN) tem o papel de disciplinar a responsabilidade socioambiental em instituições financeiras para que os riscos no Setor Financeiro Nacional (SFN) sejam mitigados, por isso as instituições precisam seguir os normativos, leis e decisões judiciais que discorram sobre a proteção ao meio ambiente para que alcancem o desenvolvimento sustentável, para evitar que as decisões judiciais responsabilizem as instituições financiadoras de empreendimentos que causaram algum tipo de dano ambiental (FEBRABAN, 2014).

E além das normatizações, o governo federal criou o programa Protocolo Verde, que consiste em incentivar o financiamento de projetos que tenham como foco principal a qualidade de vida da população, uso sustentável de recursos naturais e proteção ambiental (PROTOCOLO VERDE, 2008), sendo estes critérios fortes para análise de concessão de crédito e benefícios fiscais.

Um marco em direção aos anseios da sociedade e os princípios da OCDE foi a criação da Resolução 4.327/14, na qual o Banco Central dá diretrizes para a implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições

financeiras, tal política deve ser desenvolvida de acordo com a cultura da instituição, a carteira de clientes e investidores. Para se ter uma política adequada é necessária uma governança adequada, um bom sistema de risco e um portfólio de serviços financeiros que incentivam ações sustentáveis (UNIETHOS, 2014).

Segundo um estudo realizado pela Uniethos e a empresa Deloitte (2014) referente ao ano de 2013, analisou o cenário de divulgação das Políticas de Responsabilidade Ambiental, Relatório de Sustentabilidade entre outros parâmetros, conforme figura 8:

	Número total	Instituições com Políticas Socioambientais	Instituições com relatórios	Instituição social	Gestão	Gestão de riscos nos negócios	Negócios Sustentáveis
Bancos Comerciais	21	4	4	7	4	4	4
Bancos Múltiplos	135	31	31	62	35	33	31
Bancos de Desenvolvimento	4	3	2	3	3	2	3
Bancos de Investimento	15	1	1	5	1	1	1
Agências de fomento	16	0	0	0	0	0	1
Associações de poupança e empréstimo	2	0	0	0	0	0	0
Bancos de câmbio	2	0	0	1	0	0	0
Sociedades de crédito, financiamento e investimento	58	0	9	15	12	10	8
Corretoras de câmbio	62	0	0	2	1	0	0
Companhias hipotecárias	8	0	0	0	0	0	0
Cooperativas centrais de crédito	37	4	4	6	4	4	4
Bancos Cooperativos	2	1	1	1	1	1	1
Sociedades de crédito imobiliário	9	0	0	0	0	0	0
Sociedades de crédito ao micro empreendedor	38	0	0	0	0	0	0
Corretoras de títulos e valores mobiliários	63	0	5	9	6	6	4
Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	119	4	14	27	16	16	11
Sociedade de arrendamento mercantil	31	0	10	12	10	9	4
Consórcios	203	1	4	24	7	5	6
Corretoras de câmbio	62	0	0	3	1	0	0

Figura 7 – Responsabilidade socioambiental nas instituições financeiras no Brasil
Fonte: UNIETHOS, 2014

Além dos bancos contribuírem com a liberação de crédito para incentivar programas ambientais, há outros modos da instituição financeira contribuir mais com o desenvolvimento sustentável, como por exemplo a implantação do conceito dos “3Rs”, que segundo Jantalia (2007), deve ser aplicado na seguinte ordem:

- Repensar: É preciso repensar todos os processos, produtos e hábitos da instituição. Sempre analisar se há outra maneira de fazer algo, pois muitas vezes o novo processo pode ser mais eficiente e barato.
- Reusar: Procurar maneiras possíveis de reusar a matéria prima, papel, etc.

- **Reciclar:** Considerado a última opção dentre os 3Rs, pois mesmo para reciclar algum material, é necessário utilizar recursos naturais como água, energia, mesmo assim é uma forma de evitar que resíduos sejam descartados na natureza. Além disso, pode servir como receita para muitas empresas.

Nas instituições financeiras há iniciativas de racionalização de água, papel, luz, através de manutenção do sistema de descargas e encanamentos do local, substituição de lâmpadas e torneiras mais eficientes, incentivo a coleta seletiva de lixo, descarte adequado dos resíduos gerados, entre outras iniciativas importantes para a contribuição para o meio ambiente (JANTALIA, 2007).

4.6. Cenário geral do meio ambiente nas Instituições Financeiras

Considerando empresas com alto impacto ambiental e controle social, como as indústrias, a aplicação do conceito de sustentabilidade é mais fácil de se implementar pois se aplica diretamente na parte operacional, já quando analisamos a realidade de uma instituição financeira, essa questão é um pouco diferente, deve ser aplicada não somente no dia a dia (redução de consumo de água e energia, por exemplo), mas também nos serviços prestados, sempre com ênfase na forma em que seus clientes administram os seus negócios, que pode ser considerado uma forma de risco para o negócio e afetar na reputação do banco. Um sistema de gestão ambiental e social, para ser totalmente efetivo, precisa fazer parte da gestão do banco em geral, incluindo na estrutura organizacional, no planejamento das atividades, práticas e processos, além de desenvolver políticas, planos de ações e contar com pessoas especializadas (IFC, 2007).

A implantação desse sistema pode trazer diversos benefícios para o banco, um deles é gerar um lucro indireto, pois reduzindo os custos e os riscos, melhora a gestão de carteira e reduz passivos de indenização. Outro benefício é o de melhorar o valor da marca, o que é algo muito valioso para os bancos, já que os clientes são conquistados pela confiança na boa reputação da instituição, e assim conseguem criar novos produtos e serviços (IFC, 2007).

Numa pesquisa realizada em 2005 pela IFC (*International Finance Corporation*), mostra que o benefício da gestão social e ambiental implica em, principalmente, na redução de risco (74%), seguido pela melhora no acesso à financiamento internacional (45%), já a redução de custos contou com 17% (IFC, 2007).

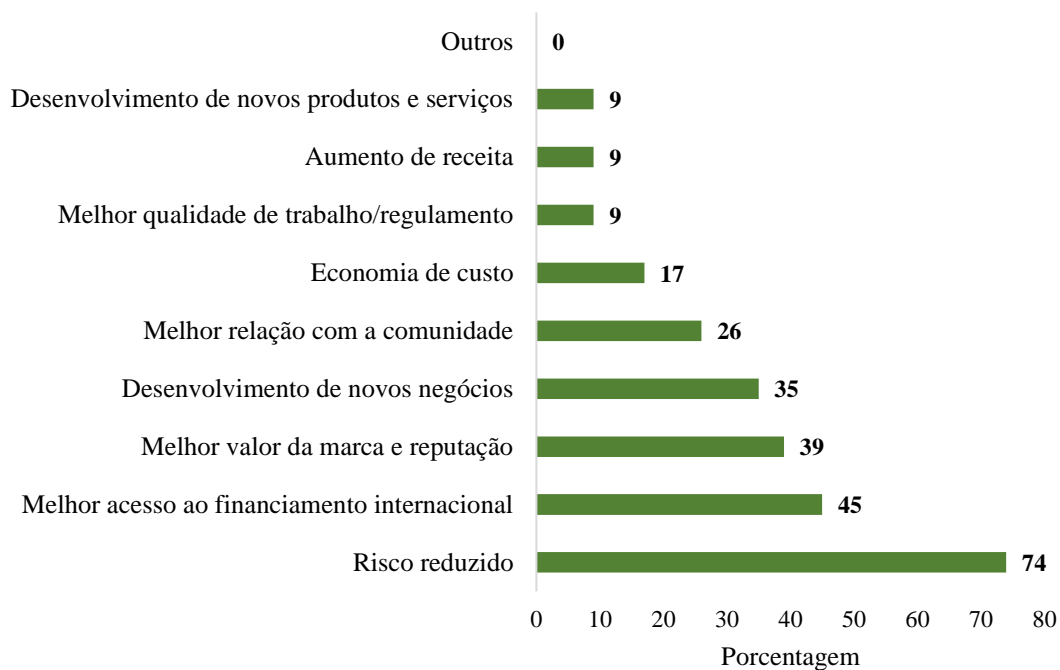


Figura 8 – Benefícios de considerar as questões sociais e ambientais
Fonte: IFC, 2007

Além de benefícios como a geração de receita, redução de custos e riscos, aumento da reputação e benefício do meio ambiente e a sociedade, a estratégia ambiental também tem o poder de atrair e reter talentos na empresa, pois se o funcionário sente que sua atividade pode causar algum impacto positivo, dá uma satisfação duas vezes maior do que aquele que não tem nenhum impacto (UNEP, 2016).

Um ponto importante para essa estratégia, é fazer uma comunicação muito efetiva para seus funcionários, deixando claro quais são os objetivos, direções, políticas e processos de gestão ambiental, e mais que isso, fazer dessa ação algo transparente (UNEP, 2016). Mas, a comunicação não deve ser apenas para os funcionários, deve ser passada também para todos os interessados nessa informação, o que traz muitos benefícios para empresa, pois publicar as iniciativas ambientais cria valor a longo prazo (IFC, 2007).

Um dos ganhos da implantação dessa estratégia, é o quanto a imagem de um banco sustentável ganha de reputação entre seus clientes e possíveis clientes, numa pesquisa realizada por alunos da FGV (SANTOS *et. al.*, 2014), mostra que a percepção de um cliente quanto ao banco ser ambientalmente sustentável aumenta a sua satisfação e confiança, favorecendo o vínculo de negócios com seus clientes. Pode ser um diferencial para o cliente quando ele reconhece que este é algo importante para fundamentar seu

relacionamento com o banco, podendo gerar grande satisfação. E isso só faz sentido, se o banco oferece produtos e serviços adequados às expectativas dos clientes.

Destaca-se também que para que as informações sobre as ações ambientais que o banco pratica, cheguem até os interessados, é divulgando a partir de relatórios públicos todas as informações importantes que a empresa desenvolveu ao longo do período. E esse relatório deve ser divulgado seguindo o que se determina em normativos e resoluções. O normativo SARB nº 14/2014, institui a criação e implementação de política de responsabilidade socioambiental, formalizando diretrizes e procedimentos para as práticas socioambientais. A implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) no banco, seguindo a norma indicada, deve sempre analisar os aspectos socioambientais de todos os produtos já existentes e os novos produtos e serviços, garantindo a integração das políticas da empresa. Além disso, para os serviços de operações financeiras, ou seja, liberação de crédito, por exemplo, é importante que o banco desenvolva uma forma de identificar a finalidade da utilização dos recursos pelo tomador, identificando o cumprimento da legislação ambiental e trabalhista, se apresentam atividades que mitiguem os impactos negativos ao meio ambiente, considerando sempre os aspectos legais, riscos de crédito e risco de reputação.

O banco deve também gerenciar os impactos socioambientais das suas atividades, mesmo que a empresa não apresente uma atividade que cause um impacto significativo no meio ambiente, é imprescindível que considere a eficiência no consumo de energia e de recursos naturais, gestão adequada de resíduos, trabalho escravo e infantil, exploração sexual e aspectos socioambientais na escolha de seus fornecedores. Todas as ações e as comprovações de cumprimento da legislação deve ser formalizada na elaboração do relatório PRSA, que deve ser divulgado todos os anos, podendo se utilizar do relatório anual já divulgado pela empresa, caso exista (SARB nº 14/2014). E de acordo com a Resolução nº 4327/2014, este documento deve ser disponibilizado para o Banco Central do Brasil.

4.7. Estratégias identificadas nos maiores bancos de varejo do Brasil

Em tempos passados, as questões ambientais não eram discutidas e o principal foco das empresas eram apenas o ganho econômico que a sua atividade poderia retornar, mas com diversas discussões ao longo dos anos e pesquisas realizadas, o tema tomou uma grande dimensão pela sua preocupação com o futuro do planeta. Assim, diversas metas

ambientais foram criadas e as empresas tiveram que se adequar para segui-las e foi quando surgiu o conceito do *Triple Bottom Line* (CRISTÓFALO *et. al.*, 2016), já mencionado na Introdução deste trabalho.

O tema de sustentabilidade não deve ser considerado para as empresas em geral como uma abordagem de simples suplemento, mas sim como uma ferramenta integrada à gestão, além de atender a diversas exigências legais. E cada setor tem a sua forma de medir os principais indicadores de sustentabilidade, mas os que são mais analisados são: Consumo de energia, materiais e água, conservação do solo, emissão de efluentes e resíduos (ZUANAZZI *et. al.*, 2016).

Considerando que o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) foi criado com a missão de indicar dentro das empresas listadas na Bolsa de Valores, empresas com ações sustentáveis somente em 2005, muitas empresas já buscavam atender índices criados anteriormente em outros países como Estados Unidos e Londres (*Dow Jones Sustainability e Ethical Investment Research Service*, respectivamente) em 1999 e 2001. Quanto mais se investe em empresas que estão listadas neste índice, mais serão incentivadas a continuar melhorando as práticas de sustentabilidade empresarial do mercado, agregando valor a todos os interessados (CRISTÓFALO, *et al.*, 2016).

Ainda segundo um estudo realizado por CRISTÓFALO, *et al.* (2016), numa comparação entre uma Instituição Financeira que fazia parte e outra que não fazia parte do índice, apresentou um melhor desempenho no mercado financeiro com uma diferença no nível de volatilidade que chegou a 13,94%, na instituição que fazia parte do ISE.

5. METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo consiste em uma pesquisa de caráter aplicado com o objetivo gerar conhecimento para soluções de problemas na prática (GERHARDT *et. al.*, 2009) que fará uso de levantamentos para coleta de dados e descrever o fenômeno. De acordo com Gil (1989), uma pesquisa descritiva é aquela que descreve características específicas de algo ou sobre o estabelecimento de relação entre variáveis, nesta pesquisa realiza-se uma análise documental, com a utilização de relatórios e leis publicadas sobre o assunto, e descritiva das ações ecoeficientes de uma amostra selecionada de instituições financeiras atuando no Brasil.

A amostra foi definida como sendo composta por bancos privados (que respondem de forma mais rápida às pressões de diferentes *stakeholders*), sendo um cuja matriz está

fora do Brasil e responde aos requisitos normativos da OCDE (Santander) e dois grandes bancos brasileiros (Bradesco e Itaú). Estes bancos foram escolhidos por estarem na carteira e responderem o questionário do ISE.

A coleta de dados se deu a partir dos questionários disponíveis no site do ISE respondidos por essas três instituições financeiras, no período entre 2015 e 2018. Como este trabalho tem o foco de analisar as questões sobre ecoeficiência nas instituições financeiras e as suas evidenciações, o estudo ocorrerá apenas sobre as questões do Indicador 6 – Consumo de recursos do questionário do ISE. Sendo observadas as respostas frente à análise das documentações divulgadas nos relatórios de sustentabilidade considerando as dimensões: Consumo de água; Consumo de energia; Consumo de papel; Consumo de combustível; Destinação de lixo eletrônico; Energia Renovável; Utilização de água de reuso e Utilização de material com certificado FSC, com o intuito de identificar a transparência sobre as práticas e projetos relacionados nesse ano.

Buscou-se analisar também o registro e divulgação sobre os possíveis retornos financeiros que essas práticas trazem para os bancos estudados e comparar os indicadores entre os bancos analisados.

6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. Estratégias dos bancos

6.1.1. Banco Santander

O Banco Santander, em 2018, divulgou dois relatórios apartados, o Relatório Anual e o Caderno de Indicadores, em anos anteriores divulgaram estes dois em um único relatório, sendo apenas o Relatório Anual. É claro que em todos os relatórios divulgados, o banco utiliza as diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)* e do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*.

No Caderno de Indicadores de 2018, o banco deixa claro que sua atuação não está concentrada apenas nos seus clientes, mas também no seu papel perante a sociedade, contribuindo na transformação do Brasil do século 21. Os temas de alta relevância foram divididos em Transformação do Negócio e Gestão Interna Responsável, sendo que neste

grupo se enquadra o tema de gestão ambiental. A principal estratégia do banco foi redefinida em três eixos:

1. Promover o uso eficiente e estratégico dos recursos naturais;
2. Estimular o desenvolvimento de potenciais (diversidade);
3. Fomentar o crescimento econômico de forma resiliente e inclusiva.

Em todos os anos analisados, é indicado os capitais que compõe o negócio, sendo eles: Capital Humano, Financeiro, Manufatura, Natural, Social e Relacionamento e Intelectual (sendo que este foi incluído somente a partir de 2016). O resultado do modelo de negócio tem a geração do retorno financeiro, geração de empregos, contribuição para a economia local, contribuição social, impacto ambiental e fortalecimento da marca.

O risco socioambiental está presente em todos os relatórios analisados do banco, mostrando o quanto são preocupados com este tema. Esse assunto consiste no cuidado que o banco tem no financiamento de projetos que possam colocar em risco a saúde pública e o meio ambiente, caso haja algum problema, pode causar perdas financeiras, de *compliance* e de imagem. Em 2015, com a implementação da Resolução 4.327 que obriga os bancos a implementar políticas e procedimentos de risco socioambiental, o processo de verificação de terrenos oferecidos nos financiamentos foi aprimorado, considerando aspectos de terrenos contaminados e o atendimento à legislação ambiental.

Em 2016, 78% dos funcionários que compõe a área de risco de crédito e atendimento ao cliente do segmento de atacado foram treinados no tema de Risco Socioambiental. Neste mesmo ano, houve a implantação do cálculo do *rating* de crédito, que consiste em uma nota para as práticas sociais e ambientais dos clientes do segmento Corporate (empresas com faturamento acima de R\$ 200 milhões). Os benefícios desse *rating* é que os clientes com bom *rating* passam a ter melhores condições de crédito, para o banco traz uma forma mais completa e segura e para a sociedade a promoção da responsabilidade corporativa em diferentes cadeias. Em 2017, foram incluídas empresas com faturamento de R\$ 20 milhões com potencial risco socioambiental e cerca de 650 funcionários foram capacitados.

Desde 2009, o Banco Santander é signatário do Princípio do Equador, que são um conjunto de diretrizes que mitigam os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

Os financiamentos socioambientais são voltados para projetos que visam o desenvolvimento sustentável, com foco na mudança climática e conservação da floresta e biodiversidade. Em 2015, cerca de 54% dos financiamentos foram destinados para

projetos de Redução e Tratamento dos Resíduos, conforme observado no gráfico divulgado pelo banco.

FINANCIAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS - CORPORATE

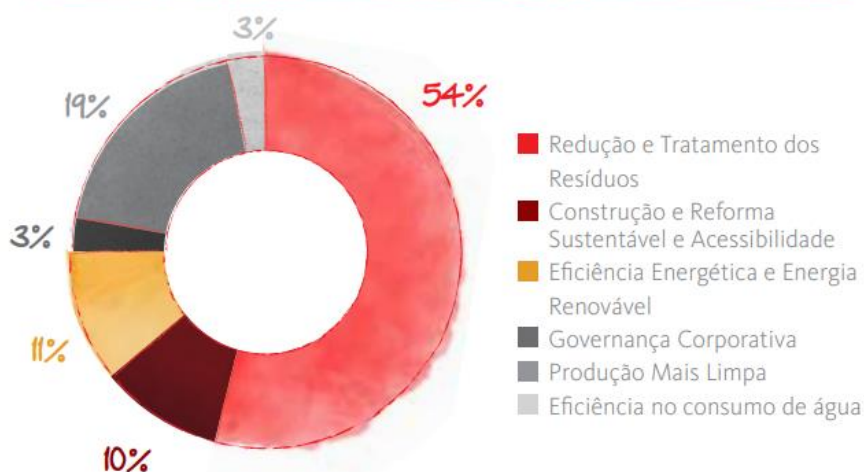


Figura 9 – Financiamentos Socioambientais - Corporate
Fonte: Relatório anual – Banco Santander, 2015

Desde 2013, o Santander incentiva o uso da energia fotovoltaica, garantindo o crescimento dos negócios sustentáveis no banco. Já em 2016, o banco atuou como assessor financeiro da primeira usina de geração solar de grande porte no Brasil, sendo um projeto de investimento em torno de R\$ 1,2 bi e capacidade instalada de 254 MWp. Até o ano de 2017, 34% dos projetos de Energia Eólica no Brasil foram financiados pelo Banco Santander. Em 2018, investiram em torno de R\$ 1,4 bi no ano, auxiliando em grandes projetos e o consumidor final de painéis fotovoltaicos para autogeração de energia.

Quando analisamos o relatório divulgado pelo Santander Global, percebemos que as preocupações com o crédito e financiamento sustentável é o mesmo. Tanto no Brasil quanto em outros países, o Banco Santander apoia o financiamento para projetos de energia renovável, auxiliando na redução de carbono emitido. Acreditam que a função dos bancos tem um grande papel importante na transformação do setor energético no mundo. Em 2018, o Santander financiou projetos de energia renovável que gerou o equivalente ao consumo de 5,7 milhões de *households*.

Incentivam também em alguns países a utilização de automóveis elétricos ou híbridos, com o intuito de reduzir a emissão de gás carbônico. Na Espanha o banco financiou cerca de 24.665 veículos.

Além das análises de riscos e financiamentos sustentáveis, o Santander Global também se preocupa com a proteção e redução de consumos em geral. Com a divulgação da mensuração dos indicadores é importante para a lealdade dos seus clientes e também dos *stakeholders*. Desde 2001 é quantificado o consumo de energia, resíduos e emissão atmosférica, já em 2016 mais de 250 iniciativas foram implantadas com um investimento de cerca de 70 milhões de Euros com foco na redução de energia, matéria prima, emissão atmosférica e campanhas de conscientização. Será implantado um plano de sustentabilidade entre 2019 e 2020 que contará com otimizações de espaço do escritório, a quantidade de energia renovável utilizada e mais sistemas de gestão ambiental em todos os países.



Figura 10 – Principais compromissos de responsabilidade ambiental/social do Banco Santander
Fonte: Relatório anual – Banco Santander

6.2.2. Banco Itaú

De acordo com o relatado no Relatório Anual publicado em 2018, a visão do banco é de construir um banco líder em performance sustentável e satisfação dos clientes. Assim, conseguem internalizar questões e tendências sociais, ambientais e econômicas nas atividades e processos diários. Há também o Comitê de Risco Socioambiental que deliberam sobre situações que podem trazer algum risco socioambiental e possíveis não cumprimentos das políticas e procedimentos relacionados a este tema.

A sustentabilidade também está presente nas unidades de outros países, em que há o compartilhamento de informações e ações locais voltado ao tema. Possuem um encontro anual com todas as unidades, em 2018 aconteceu no Chile e trataram sobre temas de: *Sustainable Finance Drivers*, gestão ambiental, diversidade, finanças climáticas, estratégia de carbono, fornecedores, mobilidade urbana, reportes ao mercado e reputação.

Anualmente revisam a Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e com a maturidade do banco com o tema deu a oportunidade de revisar também as diretrizes estratégicas de sustentabilidade.

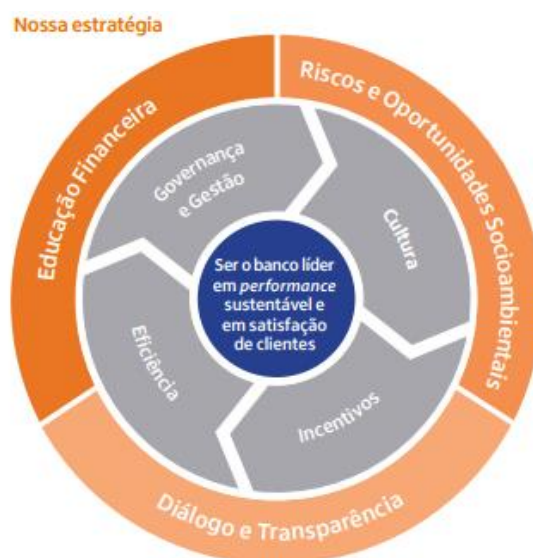


Figura 11 – Estratégia no Banco Itaú
Fonte: Relatório anual – Banco Itaú, 2018

Utilizam como base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), nos assuntos que se referem a sustentabilidade, permitindo uma efetiva gestão de riscos e conexões com o mercado. Esses objetivos foram adotados pela ONU e líderes mundiais em 2015, com o objetivo de ter implantando a ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) até o ano de 2030 em todos os países. O banco Itaú participa ativamente dos fóruns globais para disseminar as novas tendências sobre o assunto. E em 2018, foi reconhecido com o Prêmio ODS Brasil pela implantação do programa Itaú Mulher Empreendedora.

Possuem uma linha de serviços que é direcionado à Economia Verde, empresas que tem como foco a redução de carbono, eficiência na utilização de recursos naturais e inclusão social (FEBRABAN, 2018), que teve um aumento de 33,4% em financiamentos.

Além disso, o banco Itaú também auxilia financeiramente em alguns Fundos, e um deles é o Fundo Itaú Ecomudança, que consiste em dar apoio a projetos com objetivos

de redução de GEE (energia renovável, manejo de resíduos, agricultura sustentável e florestas) e os negócios de impacto, repassando 30% da taxa de administração. Desde 2009, foi investido mais de R\$ 6 milhões em 63 projetos, com um impacto de redução de GEE de 34.449 tCO₂.

Em relação aos riscos socioambientais, todos os funcionários que estão envolvidos em atividades de concessão de crédito, passaram por treinamento para melhorar continuamente as análises. As áreas passam por auditorias de seus processos e controles, que são reportados para o Comitê de Risco Socioambiental. Em 2017, foi lançado um Projeto de Gestão de Risco Socioambiental com o objetivo de revisar o risco nas atividades e negócio. No modelo de *risk rating* já existiam alguns pontos importantes para análise de crédito, porém com algumas melhorias criaram a mandala de direcionadores de avaliação de risco socioambiental, que possibilita a realização de avaliação de impactos de temas socioambientais nos setores mais relevantes. A meta é que em 2019 utilizem essa metodologia para uma carteira de pelo menos 150 clientes, totalizando mais de R\$ 22,8 bilhões.

Mandala dos direcionadores de avaliação de risco socioambiental



Figura 12 – Mandala dos direcionadores de avaliação de risco socioambiental
Fonte: Relatório anual – Banco Itaú, 2018

O Princípio do Equador é aplicado nas suas análises de créditos, que dá início com a caracterização do projeto analisando temas sensíveis como impacto sobre a população tradicional, patrimônio cultural, biodiversidade e serviços ecossistêmicos, avaliação de

legislações locais e adoção de sistema gestão socioambiental. O banco faz parte do comitê diretivo e representa a América Latina desse Princípio.

O banco Itaú consciente de que existe um risco climático, incentiva organizações de outros setores a conhecerem o tema e propõe a divulgação financeira voluntária, para garantir a transparência para seus investidores. Em 2018, se uniram ao *United Nations Environment Programme – Finance Initiative* e outros bancos, para discutirem uma forma mais consistente na divulgação de riscos climáticos nas instituições financeiras.

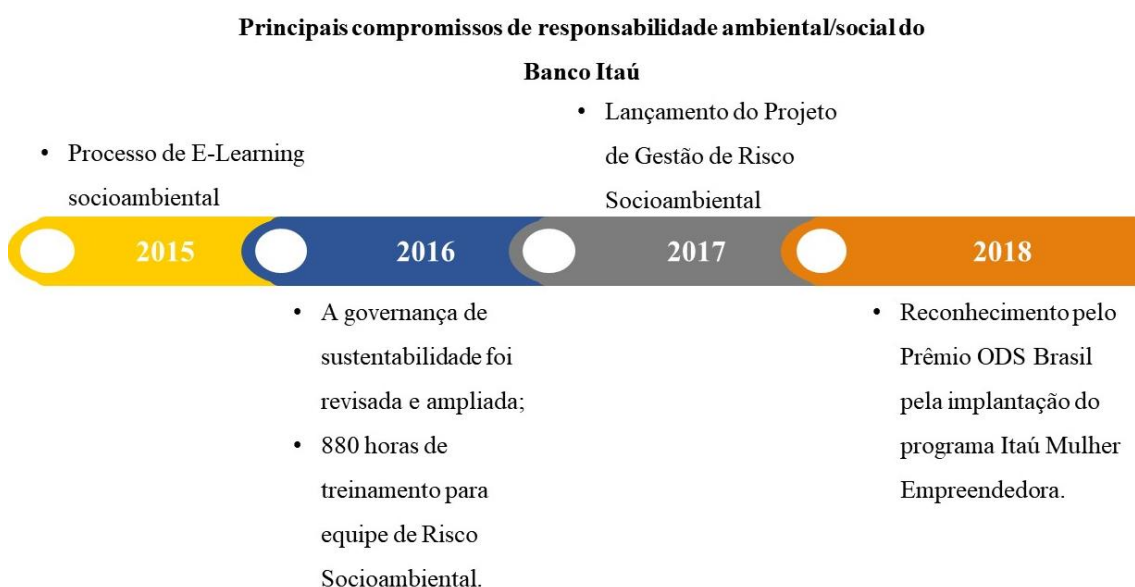


Figura 13 – Principais compromissos de responsabilidade ambiental/social do Banco Itaú
Fonte: Relatório anual – Banco Itaú

6.2.3. Banco Bradesco

O Banco Bradesco, de acordo com o publicado em seu Relatório Anual de 2018, montou o relatório seguindo as metodologias da *Global Reporting Initiative (GRI)* e do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, a fim de integrar as informações financeiras e sustentáveis, para fazer conexão com o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). As estratégias do banco seguem 4 pilares: crescimento sustentável com rentabilidade, relacionamento com os clientes, capital humano, eficiência e inovação. E dentre os seus objetivos de desenvolvimento sustentável, apresentam: água potável e saneamento, consumo e produção sustentável, ação contra a mudança do clima, entre outros.

A sua missão está pautada no crescimento na contribuição na realização das pessoas e para o desenvolvimento sustentável, mediante a oferta de serviços financeiros

e seguros. E um de seus valores é a responsabilidade socioambiental com incentivo para ações de desenvolvimento sustentável. Foi considerado o banco brasileiro com a melhor posição no *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)*.

A sustentabilidade está inserida nos negócios com o objetivo de aumentar a capacidade de prosperar em longo prazo num mercado competitivo, que leva a incorporar aspectos sociais e ambientais na gestão de riscos e oportunidades, resultando em geração de valores.

A estratégia do banco segue algumas frentes importantes, como: gestão de riscos e oportunidades alinhados à economia verde, fortalecimento da conduta ética, geração de valor compartilhado e investimento socioambiental para transformação social e preservação do meio ambiente. Para o desenvolvimento destas estratégias, foi tomado como base alguns fundamentos: ética, inovação, eficiência e relacionamento com partes interessadas.

Possuem em torno de 19% dos seus prédios certificados pela ISO 14001, que é um sistema de gestão de atividades para cumprimento de objetivos estratégicos e ambientais, como o consumo de água, energia e geração de resíduos. Tiveram alguns pontos destacados, como o comprometimento com o SGA, melhoria nos controles, evolução dos planos diretores dos impactos ambientais e o programa de auditoria nas áreas de compras. Possuem também, o certificado ISO 14064, que estabelece padrões para quantificar e elaborar o inventário de emissão de gases de efeito estufa, com o compromisso de reduzir os impactos ambientais compensando as emissões de escopo 1 (emissões diretas provenientes de fontes da própria empresa) e escopo 2 (emissão proveniente da aquisição de energia elétrica).

Preocupados com a mudança climática e seus impactos, o banco Bradesco participa do *Task Force on Climate related Financial Disclosures*, que desenvolve um conjunto de recomendações para reporte dos riscos climáticos nos relatórios financeiros, que atendam aos interessados nas informações, participam de um projeto pioneiro que visa aumentar a quantidade de informações disponibilizadas sobre a exposição das instituições financeiras aos riscos e oportunidades a assuntos relacionados ao clima. Possuem práticas de avaliação de oportunidades em relação à ecoeficiência, com ações para redução de emissão, antecipação de problemas e gestão de riscos.

Para projetos que emitem mais de 100 mil toneladas anuais de carbono equivalente, é obrigatório um estudo prévio de alternativas viáveis para redução ou

compensação e que seja contabilizado o volume de emissões na fase de operação, caso queiram o financiamento do banco.

Decisões e acompanhamento das estratégias de sustentabilidade são realizados pelo Conselho de Administração por meio do Comitê de Sustentabilidade, e conta com a participação do diretor presidente desde 2017. As decisões são assessoradas pela Comissão de Sustentabilidade, que é composta por diretores e gestores de diversas áreas. O banco participa ativamente de fóruns (Conselho Empresarial Brasileiro para Desenvolvimento Sustentável), comissões da Febraban, Centro de Estudos em Sustentabilidade, entre outros.

A Norma de Risco Socioambiental fica sob responsabilidade do Departamento de Controle Integrado de Riscos, que tem por finalidade avaliar a exposição da empresa aos riscos socioambientais. Por serem signatários voluntário dos Princípios do Equador, garantem que todos os projetos financiados pelo banco estejam dentro das especificações do princípio, sendo desenvolvidas de forma socialmente responsável, com práticas de gestão ambiental e de direitos humanos. Para grandes projetos, é aplicado o *Performance Standards and EHS Guidelines* do IFC.

O Bradesco também é signatário no Princípio para o Investimento Responsável das Nações Unidas, por isso a BRAM (Bradesco Asset Management) avalia riscos, oportunidades e impactos potenciais das questões ambientais, sociais e governança corporativa nos desempenhos dos seus ativos. Desta forma, a sustentabilidade está inclusa nas operações da BRAM, que possui uma missão de proporcionar retornos superiores e sustentáveis na gestão de investimentos.

O banco oferece diversos produtos e serviços especiais para financiar a Economia Verde, e conta com uma estrutura de risco socioambiental integrada à gestão de risco corporativos, essa gestão tem uma parceria com uma consultoria especializada para que seus processos sejam revisados, para melhorar as metodologias e critérios socioambientais.

Principais compromissos de responsabilidade ambiental/social do

Banco Bradesco



Figura 14 – Principais compromissos de responsabilidade ambiental/social do Banco Bradesco
Fonte: Relatório anual – Banco Bradesco

6.3. Comparando as iniciativas e resultados dos bancos

No questionário disponibilizado pelo ISE, é possível verificar as respostas do questionário de todos os bancos e outras empresas. O foco deste trabalho está no Indicador 6 - Consumo de recursos – inputs, que verifica a eficiência no consumo e destinação de resíduos. A primeira pergunta deste questionário procura saber se os bancos se consideram Ecoeficientes, e de acordo com as respostas analisadas desde 2015, os três bancos analisados responderam que são Ecoeficientes.

6.3.1. Consumo de água

O primeiro item a ser analisado quanto a medição é o consumo de água. Na tabela 1 está demonstrado as respostas do ano de 2018. Neste ano, todos os bancos analisados alegaram que possuíam procedimentos sistemáticos e regulares, metas e monitoramento do consumo de água. Em relação aos anos anteriores, somente o Itaú em 2015 respondeu que não havia metas de redução.

	a) Água - Procedimentos sistemáticos e regulares	a) Água - Metas de redução	a) Água - Monitoramento
Bradesco	X	X	X
Santander	X	X	X
Itau	X	X	X

Tabela 1 – Respostas ao questionário do ISE - Água
Fonte: ISE – 2018

Nos relatórios divulgados pelo banco Santander, no período de 2015 a 2018, apresentaram os seguintes consumos de água:

	Em m ³			
	2015	2016	2017	2018
Administrativo	150.726	146.750	126.777	110.236
Agência	913.742	548.990	500.901	477.731
Total	1.064.468	695.740	627.678	587.967

Tabela 2 – Consumo de água do Banco Santander
Fonte: Relatórios Anuais

Importante destacar que o ano de 2015 não está comparável com os demais anos, pois em 2017 mudaram a metodologia de medição para o método de estimativa, não sendo publicado um novo valor para 2015.

É possível analisar que houve uma redução no consumo de água no período de 2016 a 2018, totalizando em torno de 15,5% de redução comparando 2016 com 2018, o que significa uma redução de gastos de 11% comparando 2016 e 2017, e mais 3% entre 2017 e 2018, de acordo com o publicado.

Em 2015, o banco Santander publicou que o prédio Data Center em Campinas resultou numa economia de 7,5 milhões de litros ao mês devido a implantação do sistema de refrigeração por condensação de ar, que dispensa o uso de água. Já na Torre Santander possuem um sistema de captação de água da chuva para utilização em descargas e irrigação de jardins. E em todas as agências construídas ou reformadas a partir de 2007, seguem os padrões estabelecidos pelas normas do Manual de Boas Práticas da Construção Civil, que implementa a captação da chuva, telhado branco, iluminação eficiente, entre outros itens.

Em 2016, o banco criou uma matriz que mostra o quanto cada agência deve consumir de acordo com as especificações (ex: metragem, número de clientes,

localização, presença de elevador, entre outros), diminuindo os gastos desnecessários, e com essa ação foi possível economizar cerca de 182.911 m³ de água. E outras iniciativas foram implantadas neste mesmo ano, como a torneiras automáticas, aeradores e sistema de descarga à vácuo. Já em 2018, houve a manutenção dos mecanismos de controle em prédios administrativos e agências, com monitoramento do consumo de água, podendo assim detectar possíveis vazamentos e ser possível a sua manutenção.

	Em m ³	
	2017	2018
Total	2.872.853	2.956.420

Tabela 3 – Consumo de água do Banco Santander Global
Fonte: Relatórios Anuais

Essa informação foi publicada no relatório anual de 2018 do Santander Global, porém não foi encontrado informações anteriores a 2017 sobre o consumo de água. O consumo de água publicado inclui o consumo dos países: Argentina, Brasil, Chile, Alemanha, México, Polônia, Portugal, Espanha, Estados Unidos e Reino Unido.

Quando analisado no âmbito Global, o Santander apresenta um aumento no consumo de água de 2,9%.

O consumo de água no período de 2015 e 2018 do banco Itaú, foi de:

	Em m ³			
	2015	2016	2017	2018
Total	1.472.461	1.410.592	1.390.142	1.449.038

Tabela 4 – Consumo de água do Banco Itaú
Fonte: Relatórios Anuais

É possível analisar que houve uma redução de 1,6% comparando 2015 com 2018, porém em relação ao ano de 2017, 2018 apresentou um aumento de 4,2% no consumo de água, que foi devido à incorporação da medição de 34 unidades do Atacado que estão localizadas em condomínios multiempresariais.

Em 2015, o banco contou com diversas iniciativas que foram implantadas ou continuadas, podemos citar algumas importantes, como: Sistema de coleta de água da chuva para irrigação nos prédios administrativos, redução de frequência de lavagem em áreas comuns, lavagem da frota dos executivos, monitoramento de consumo utilizando um algoritmo, incentivo para redução de consumo de água, entre outras. Essas ações totalizaram em R\$ 3.870.959,48 em economia devido as iniciativas implantadas.

A gestão hídrica do banco possui dois pilares: Redução de consumo de água e diversificação de abastecimento dos prédios, a maior parte do abastecimento ocorre pelas vias públicas e outra parte por poços artesianos. A meta para redução de consumo de água é de reduzir em 28% por R\$ 1 milhão em produtos bancários no período de 2012 a 2020, equivalendo a 5,85 m³/R\$ 1 milhão.

Em 2016 contaram com a instalação de redutor de vazão nos vestiários, desativação de dois *data centers*, utilização de água de reuso, estação de tratamento de águas pluviais, entre outros. Em 2018, instalaram redutores nos equipamentos sanitários.

Um ponto de atenção para as divulgações são as metas estabelecidas, enquanto no Relatório de 2016 demonstra uma meta para 2017 de consumo de água de 1.661.586,86 m³, no Relatório 2017 indica que a meta era de 1.389.968,50 m³ sem nenhuma nota explicativa sobre a alteração de valores de metas. O mesmo acontece no ano de 2018.

No Banco Bradesco o consumo de água durante o período analisado foi de:

	Em m ³			
	2015	2016	2017	2018
Total	1.794.829	1.477.914	1.375.126	1.238.746

Tabela 5 – Consumo de água do Banco Bradesco
Fonte: Relatórios Anuais

Apresentaram uma redução de consumo de água em todos os períodos analisados. Em comparação de 2018 com 2015, houve uma redução de 31% no consumo de água, e em relação à 2017, redução de 9,9%. Todos os resultados muito positivos para o banco.

O banco possui um Programa de Gestão da Ecoeficiência que funciona desde 2010, com o intuito de criar valores com menos impacto ao meio ambiente, melhorando o desempenho ambiental, sempre seguindo as legislações e reduzindo as despesas. O ciclo de 2010/2015 foi encerrado com sucesso, ou seja, todas as metas financeiras e de impactos ambientais foram alcançadas. Um novo ciclo recomeçou e tem o período de 2016/2018 para acompanhamento.

Tinham uma meta em 2015 de implantar a lavagem a seco de veículos da própria frota, que reduziria em 1.187 litros/média por dia, e foi alcançada com sucesso. Para acompanhamento e análise do consumo de água, metas são estabelecidas por localidade e quando há problemas nesses locais, a área de Gestão de Energia e Água são acionadas.

Em 2016, tinham uma meta de redução de 4,2%, porém conseguiram reduzir 7,2%, representando uma economia de R\$ 1,5 milhões. Tem também um programa para conscientização do consumo eficiente, o programa “Racionalize”, que envolve

comunicações e educação para a organização com treinamento de multiplicadores, e também uma parceria com as concessionárias para minimizar o consumo. Foram tratadas na própria ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) um total de volume de 74.700 m³, que representa 25% do consumo da Cidade de Deus.

O plano diretor de ecoeficiência finalizada em 2018, tinha uma meta de redução no consumo de água de 8,46% (desde 2016), o resultado foi muito positivo alcançando uma redução muito além da meta, de 24,39%. Para o próximo período do plano (2019 a 2021), o total da meta de redução deve ser de 6,84%. A mensuração do consumo bruto de água é coletada de todas as faturas de todo o território brasileiro, incluindo os valores do consumo da ETE, poços, são acompanhadas por uma empresa especializada.

Contam com 3 ações de conscientização de consumo: Desperdício Zero, Programa de Gestão da Ecoeficiência e Campanha Racionalize, contando com R\$ 350 mil de investimento em ações de sensibilização. Realizaram um evento para conscientização de crianças e seus responsáveis sobre o consumo eficiente da água e a sua importância para o nosso planeta. Em 2018, instalaram redutores de vazão nas torneiras, troca para bacias sanitárias eficientes e início do programa de caça vazamento.

Quando comparamos o ano de 2018 entre os bancos analisados em relação ao consumo de água, verificamos que o Santander Brasil teve o menor consumo de água quando calculamos o consumo por funcionário. Em contrapartida, o maior consumo foi do Santander Global.

	Em m ³	
	Consumo de água	Consumo por funcionário
Santander Brasil	587.967	12,25
Santander Global	2.956.420	15,24
Itaú	1.449.038	14,44
Bradesco	1.238.746	12,56

Tabela 6 – Comparação de consumo de água entre os bancos
Fonte: Relatórios Anuais

Quanto a aderências nas respostas do questionário do ISE, todos os bancos apresentaram coerência nas respostas versus as publicações. Com uma ressalva para o Banco Santander, que em 2018 afirmou ter publicado suas metas para 2019, porém não foi encontrado essa informação no Relatório Anual.

6.3.2. Consumo de energia

Todos os bancos responderam no questionário possuir procedimentos, metas e monitoramento para redução no consumo de energia, em todos os anos analisados.

	b) Energia elétrica - Procedimentos sistemáticos e regulares	b) Energia elétrica - Metas de redução	b) Energia elétrica - Monitoramento
Bradesco	x	x	x
Santander	x	x	x
Itau	x	x	x

Tabela 7 – Respostas ao questionário do ISE - Energia
Fonte: ISE – 2018

Em 2015, o banco Santander divulgou que haviam estabelecido uma meta global para redução de consumo de energia elétrica entre 2011 a 2015 para reduzirem em 20% o consumo, porém a redução foi apenas de 11%. Uma nova meta global foi estabelecida para o período de 2016 a 2018, para reduzirem em 9%, estas metas seguem a *Huella Ecológica*, indicador global de ecoeficiência. Em 2016, assim como descrito no item sobre consumo de água, com a implantação da iniciativa de monitoramento dos consumos, o consumo de energia foi economizada em 182.525 GJ, suficiente para abastecer cerca de 10 cidades com 100.000 habitantes por um mês.

	Em Gj			
	2015	2016	2017	2018
Novos valores 2017	1.259.293	1.090.164	1.006.731	1.024.173

Tabela 8 – Consumo de energia do Santander
Fonte: Relatórios Anuais

Em 2017, divulgaram o consumo de energia reanalisado, os valores estão na tabela acima. A redução de consumo de energia em 2017 foi em decorrência da substituição de lâmpadas fluorescentes por LED em todas as agências e instalação de mecanismos para desligamento automático do ar condicionado, foram investidas em torno de R\$ 3 milhões. A medição do consumo também teve uma melhoria, em que consiste numa área especializada em obter dados primários de consumo em 100% dos endereços,

possibilitando o monitoramento em tempo real, além de um manual de boas práticas entregue a todos os gerentes.

Outras iniciativas foram realizadas em 2018, com a substituição de mais lâmpadas fluorescentes para LED na Sede Santander e troca de *desktops* para *notebooks*, que implica na redução de utilização de *nobreaks*. Consideram que 16% da energia consumida é proveniente de Energias Renováveis, e em Minas Gerais todo o consumo é proveniente dessas energias. Não houve a divulgação se houve o cumprimento da meta estabelecida, porém em comparação à 2015, a redução foi de 19% do consumo, ou seja, a meta global foi alcançada, porém novas metas não foram divulgadas.

As metas futuras do banco Santander também não foram encontradas no Relatório Anual do Santander Global.

Para o banco Itaú, os maiores ofensores no consumo de energia são os equipamentos eletrônicos e de refrigeração. Como as redes de agências estão alocadas em diversos lugares do Brasil, o banco conta com um sistema que ajuda na análise contínua do consumo de cada agência, podendo identificar anomalias e picos no consumo, e mais que isso, podem melhorar o planejamento e priorização de ações de melhorias.

Contam com 81% do consumo de energia nos prédios administrativos provenientes de energia solar, eólica, biomassa e PCHs (pequena central hidrelétrica), e a meta é de chegar a 96% até 2020. E outras iniciativas foram implantadas em 2015 pelo banco, como:

- ✓ Iluminação LED nos prédios administrativos;
- ✓ Otimização no sistema de refrigeração do CTMM;
- ✓ Reforma de ar-condicionados;
- ✓ Auditoria energética no prédio da Faria Lima;
- ✓ Entre outros.

Com a construção do prédio CTMM em 2015, o consumo de energia consequentemente aumenta, porém o aumento foi apenas de 0,14% em comparação à 2014. Foram estabelecidas três metas neste ano: reduzir em 34% o consumo de energia por R\$ 1 milhão de produtos bancário entre 2012 a 2020; atingir em 2020, um PUE (índice de Eficácia do Uso de Energia) de 1,60, 19% menor que em 2015; e comprar, até 2020, 96% da energia para os prédios administrativos de fontes renováveis, 55% a mais do que em 2012.

Dessas metas, algumas das metas foram alcançadas em 2016, como é o caso do PUE, que atingiu o valor de 1,97 e consumo de energia ultrapassou em 17% a meta

estabelecida. Somente as fontes renováveis, que aumentaram para 89%, não atingindo ainda a meta estabelecida. Neste mesmo ano, tiveram a migração de alguns prédios administrativos para o mercado livre de energia, e foi implantado no CTMM um sistema de *Smart Cooling*, que pela inteligência artificial consegue controlar e monitorar a temperatura do local com mais eficiência, dessa ação foi possível reduzir em 65% do consumo de energia, o que representa uma economia de 8%. Com a desativação de dois prédios, houve uma contribuição de 16% na redução do consumo de energia.

Em 2017, o banco Itaú construiu como piloto duas agências em São Paulo com diversos itens de medidas sustentáveis, e um estudo feito em uma das agências mostrou uma economia de 55% no consumo de energia em comparação ao ano anterior. 58% do consumo de energia são provenientes das agências, que não possuem fontes renováveis, e 42% são dos prédios administrativos, sendo que 95% são provenientes de fontes renováveis.

	Em Gj			
	2015	2016	2017	2018
Consumo de energia	2.584.006	2.268.882	2.177.914	2.185.005

Tabela 9 – Consumo de energia do Itaú
Fonte: Relatórios Anuais

Apesar de terem alcançado a meta estabelecida, houve um aumento no consumo de energia de 0,5%, mas em comparação a 2015 a redução foi 15%. Em 2018, foram implantadas algumas iniciativas, como a realização de *kaizen* servidores que otimizou e reduziu energia nos equipamentos servidores de TI; foi implantado 42 elevadores nos centros empresariais com melhor eficiência energética, com sistema de regeneração de energia, entre outros.

O banco Bradesco também possui uma ferramenta de gestão de energia elétrica (GEA), que possibilita o acompanhamento e análise de consumo mensal podendo visualizar os gastos e metas. Fazem diversas campanhas de conscientização como o “Desperdício Zero da Rede de Agências”, “Programa de Gestão da Ecoeficiência” (desde 2010) e “Campanha Racionalize”, essas ações reduziram em 4% da projeção de elevação das tarifas. A meta para 2016 foi de reduzir em 2,4% e conseguiram atingir uma redução de 5,8%.

Realizaram em 2016 a alteração de lâmpadas fluorescentes por LED e criaram um esquema de setorização de iluminação e de medição em alguns prédios administrativos. Já em 2017, estudaram a possibilidade de migração para o Mercado Livre, geração

fotovoltaica distribuídas a partir de fazendas solares e automação do sistema de ar-condicionado. Publicaram a meta para 2018 para redução de 1,3% de consumo de energia.

Toda a energia elétrica é proveniente do Sistema Interligado Nacional (SIN), e por isso que, independentemente do local, qualquer unidade de medida possua uma característica mesclada de fonte renovável e não renovável. A meta para 2019 é de reduzir em 3,7%.

O plano diretor de ecoeficiência do período de 2016 a 2018 conseguiu atingir uma redução de -10,05%, sendo que a meta era de -5,11%. Para o período de 2019 a 2021, a meta de redução é de -11,16%. O plano diretor de eficiência energética, traz a possibilidade de canalizar todos os projetos e iniciativas de curto, médio e longo prazo, com as seguintes premissas:

- ✓ Redução de custos;
- ✓ Expansibilidade;
- ✓ Modernidade e sustentabilidade.

A primeira parte do plano é implantar o retrofit de LED, redefinição de rotinas, implantação de automação predial, entre outros. Tem previsão de investimento de R\$ 25 milhões e ao final de seis anos espera-se uma redução de 22% no consumo em relação a 2016.

	Em Gj			
	2015	2016	2017	2018
Total	-	1.954.373	1.928.653	1.869.827

Tabela 10 – Consumo de energia do Bradesco
Fonte: Relatórios Anuais

Nos relatórios de 2015 a 2017, o Bradesco publicou todas as medições em MM kWh, somente em 2018 que realizaram a conversão para Gj. Em 2015, o consumo foi medido em 576 MM kWh. A redução de consumo de energia de 2018 em relação a 2016 foi de 4%.

Comparando todos os bancos, é possível analisar que o Bradesco é o mais eficiente quando analisamos o consumo por funcionário, mesmo não apresentando uma redução significativa ao longo dos anos, como os outros bancos.

	Em Gj	
	Consumo de energia	Consumo por funcionário
Santander Brasil	1.024.173	21,33
Santander Global	4.314.890	22,24
Itaú	2.185.005	21,78
Bradesco	1.869.827	18,96

Tabela 11 – Comparação de consumo de energia entre os bancos
Fonte: Relatórios Anuais

6.3.3. Consumo de papel

Na questão do consumo de papel nos bancos, todos eles possuem procedimentos sistemáticos e regulares e monitoramento em todos os anos analisados. O Itaú não possui metas de redução de consumo entre 2016 e 2018, somente em 2015 respondeu que havia metas. O Santander passou a ter metas desse tema somente em 2017, e o Bradesco sempre teve metas.

	c) Papel - Procedimentos sistemáticos e regulares	c) Papel - Metas de redução	c) Papel - Monitoramento
Bradesco	x	x	x
Santander	x	x	x
Itaú	x		x

Tabela 12 – Respostas ao questionário do ISE - Papel
Fonte: ISE – 2018

No Relatório Anual de 2015 do banco Santander, não houve divulgação dos indicadores de consumo de papel, porém deixaram exposto que desenvolvem práticas que reduzem o consumo, como: impressão em duas faces, menor gramatura dos envelopes, campanhas de conscientização; e estimula os clientes a migrarem para meios eletrônicos. E a meta de redução era de 4% no período de 2016 a 2018.

Em 2016, implantaram o “Clique Único” que teve impacto direto para a redução no consumo de papel, pois toda a documentação impressa, passou a ser digitalizada. Não houve divulgação do volume que essa ação impactou na redução de consumo. Já em 2017, outros processos também aderiram à digitalização, como a de correspondências e renovação dos canais digitais.

	Em ton			
	2015	2016	2017	2018
Consumo de papel	6.563	5.310	-	-
Reciclagem de papel	270	208	-	-
Reciclagem de papel, plástico, metal e vidro	358	321	330	350

Tabela 13 – Consumo e reciclagem de papel do Santander
Fonte: Relatórios Anuais

O consumo de papel foi divulgado apenas no Relatório Anual de 2016, no restante não houve menção, por isso não é possível a comparação entre anos para analisarmos em relação a meta estabelecida anteriormente. Quanto aos indicadores de reciclagem também não é possível a comparação, pois somente em 2016 foi divulgado os valores separadamente, a partir de 2017 houve a mudança de metodologia de medição, e juntaram outros itens como o plástico, metal e vidro num mesmo indicador.

No Santander Global, apesar de não elencar as ações realizadas para redução do consumo de papel, divulgaram todos os anos os indicadores de consumo, assim como os de reciclagem de papel, mostrando os valores abaixo:

	Em ton			
	2015	2016	2017	2018
Consumo de papel	26.560	22.632	20.003	16.764
Reciclagem de papel	21.682	19.211	16.969	14.583

Tabela 14 – Consumo e reciclagem de papel do Santander Global
Fonte: Relatórios Anuais

A meta de redução no período de 2016/2018 foi estabelecida em 4%, porém a redução ultrapassou as expectativas, alcançando um percentual de 26%, e se comparado à 2015, a redução ficaria em 37%.

No Itaú, o maior consumo de papel está na comunicação enviada para os clientes, e por isso iniciaram em 2015 uma campanha para incentivar a utilização de fatura digital e envio de extrato em PDF, que equivaleu uma redução de 1,2 toneladas. Outras iniciativas foram tomadas ao longo desse ano para redução de consumo de papel, a redução de impressões nas agências totalizou em 210,6 ton equivalendo uma economia de R\$ 3,9 milhões por ano.

Em 2016, novas iniciativas foram implantadas como a redução no desperdício de talões de cheque, por exemplo, o que trouxe uma redução de R\$ 78 milhões. E já

contavam com 2 milhões de clientes utilizando o aplicativo do banco, dando a possibilidade de realizar diversas atividades sem necessidade de impressão.

	Em ton			
	2015	2016	2017	2018
Consumo de papel	8.497	7.109	6.400	6.264

Tabela 15 – Consumo e reciclagem de papel do Itaú
Fonte: Relatórios Anuais

Ao longo do período analisado, os valores de consumo do Itaú foram revistos, portanto algumas comparações entre Relatórios Anuais estão divergentes, porém estes valores são os finais, possibilitando nossa análise quanto à redução. Importante destacar a redução comparando 2015 com 2018, que equivale uma redução de 36% do consumo de papel. Não foi divulgado os valores das metas para redução desse item, conforme haviam respondido no questionário do ISE.

No Bradesco, não houve publicação em relação às quantidades de consumo de papel no período de 2015 a 2016, apenas das metas em alguns anos. Em 2017, tinham a meta de reduzir o consumo de papel em 5%, que totalizou em 7,7%. O plano diretor de eficiência de 2016 – 2018, tinha uma meta absoluta de redução de 14,28%, chegando no seu final com uma redução de 23%. O novo plano tem a intenção de reduzir 24,4% para o período de 2019 – 2020.

Algumas iniciativas em 2018 foram publicadas, como:

- ✓ Ações da área de cartões: orientação aos clientes para buscarem informações na internet (*welcome kit* digital).
- ✓ Faturas autoenvelopáveis: eliminaram as faturas enviadas por correio até um determinado valor.

Em 2018, divulgaram os valores de consumo de papel, conforme tabela abaixo:

	Em ton			
	2015	2016	2017	2018
Consumo de papel	-	-	4.968	4.672

Tabela 16 – Consumo e reciclagem de papel do Bradesco
Fonte: Relatórios Anuais

Nesse mesmo ano, publicaram que enviaram para reciclagem um total de 592 toneladas de papel. E quanto ao consumo comparando 2017 e 2018, totalizou uma redução de 6%.

Comparando o ano de 2018 entre os bancos, o Santander Brasil não publicou seu consumo, portanto não é possível a comparação. Em relação aos outros bancos, podemos analisar que o consumo de papel por funcionário é bem próximo, sendo que o Bradesco tem o menor consumo e o Santander Global tem o maior consumo.

	Em ton	
	Consumo de papel	Consumo por funcionário
Santander Brasil	-	-
Santander Global	16.764	0,09
Itaú	6.264	0,06
Bradesco	4.672	0,05

Tabela 17 – Comparação de consumo e reciclagem de papel entre os bancos
Fonte: Relatórios Anuais

6.3.4. Consumo de combustível

Quando o assunto é consumo de combustível, todos os bancos responderam que possuem procedimentos e monitoramento desde 2015, somente a meta de redução que começou a fazer parte do Bradesco e Itaú a partir de 2016 e para o Santander, a partir de 2017.

	d) Combustíveis - Procedimentos sistemáticos e regulares	d) Combustíveis - Metas de redução	d) Combustíveis - Monitoramento
Bradesco	x	x	x
Santander	x	x	x
Itaú	x	x	x

Tabela 18 – Respostas ao questionário do ISE - Combustível
Fonte: ISE – 2018

No Banco Santander foi publicado no Relatório Anual de todos os anos analisados as informações sobre o consumo de combustível como uma forma alternativa para geração de energia elétrica e tratado como energia renovável. Portanto, as informações publicadas serão analisadas com mais detalhe no item de Energia Renovável. Divulgaram em 2017 a ação de menos emissões de CO₂, que conta com quatro projetos escolhidos

para compra de crédito de carbono, sendo que dois deles é de substituição de combustível, totalizando 90.404 toneladas CO₂ em créditos e beneficiando 834 pessoas.

Divulgaram também as reduções em 2017 e 2018 de viagens aéreas, que podemos relacionar com o tema analisado, pois quanto menos viagens realizadas menos combustível consumo. Portanto de 2017 em relação a 2016 houve uma redução de 19,5% resultando numa redução de gastos de 18%, já de 2018 em relação a 2016, a redução foi de 0%. Outra iniciativa importante é o incentivo à carona amiga, em que colegas de trabalho compartilham o carro para o caminho ao local de trabalho.

Já o Itaú, divulgou em 2015 que foi iniciado um programa de compensação de emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa), que consiste em comprar créditos de carbono, assim como o Santander, o Itaú escolheu alguns projetos pelo Brasil para que fosse concretizado. Elegeram 3 projetos de Substituição de Combustível da Cerâmica em locais diferentes do país. E firmaram o compromisso de compensar todas as emissões diretas e indiretas do novo *Data Center* no total de 47.332,33 tCO₂e.

E como uma forma de reduzir o consumo de combustível, o Itaú divulgou as ações de redução de quilometragens utilizados pelo banco tanto de transporte aéreo como o terrestre. Algumas iniciativas foram:

- ✓ Campanha de conscientização em relação à mobilidade
- ✓ Reuniões virtuais
- ✓ Revisão de rotas facilitadoras
- ✓ Entre outros.

As metas divulgadas pelo banco são de redução de emissão de CO₂ conjuntamente com a redução de quilometragens percorridas, e não exatamente sobre o consumo de combustível, mas que também pode ser considerado um parâmetro para análise, a meta é de reduzir em 32,1% de quilometragens percorridas entre 2012 e 2020.

	Em km			
	2015	2016	2017	2018
Km rodados	192.588.882	187.197.506	227.009.386	178.161.381

Tabela 19 – Quilometragens rodadas do Itaú
Fonte: Relatórios Anuais

Houve uma redução de 7% nos quilômetros rodados quando comparamos o ano de 2018 com 2015. Outras iniciativas que vão além do dia a dia dentro do banco foram colocadas em prática, como é o caso da implantação do sistema de compartilhamento de bicicletas, que dá para a população a oportunidade de mudar o tipo de transporte utilizado.

Já o Bradesco, divulgou que em 2015 que implantaram a melhoria nos tanques de combustíveis de abastecimento dos helicópteros, em que houve a implantação de dreno selado, evitando que haja vazamentos, totalizando numa economia de 370 litros/mês. Em 2018, alegaram que não há nenhum programa formal para redução no consumo de combustível, pois as características dos processos de transporte terrestre e aéreo estão ligadas ao calendário e compromissos da Diretoria, não possibilitando o estabelecimento de metas, mesmo divulgando no ISE que possuem metas para redução no consumo. Em contrapartida, dentro do plano diretor de ecoeficiência, possuem um item de metas de redução de emissão de CO₂ nos transportes, tanto terrestres quanto aéreos. As reduções entre 2016 e 2018, foram de:

- ✓ Frota própria aérea: -63,95%;
- ✓ Frota própria terrestre: -12,53%;
- ✓ Transporte de valores: -12,26%;
- ✓ Transporte de malotes: +2,90%;
- ✓ Viagens a negócio: +83,61%.

Novas metas foram definidas para o plano diretor de ecoeficiência de 2019 a 2020. Apesar de não divulgarem a meta de redução no consumo, indiretamente essas metas acima podem englobar o conceito de redução de combustível.

E uma das ações que o banco possui para redução de emissão de gás carbônico, no transporte terrestre, mantem em dia as manutenções de acordo com as definições dos fabricantes, e quanto ao transporte aéreo acompanham a qualidade do combustível.

Divulgaram no Relatório de 2018, os consumos de combustíveis não renováveis na frota própria:

	Em GJ			
	2015	2016	2017	2018
Consumo de combustível	-	22.605	18.675	32.468

Tabela 20 – Quilometragens rodadas do Bradesco
Fonte: Relatórios Anuais

É possível analisar que houve uma redução no consumo em 2017, porém em 2018 o consumo praticamente aumentou em 74%.

Não foi possível realizar uma comparação entre os bancos, pois o Santander não divulgou o consumo, e o Itaú e Bradesco não utilizaram a mesma medida de análise.

6.3.5. Destinação de lixo eletrônico

No questionário do ISE é contemplado também o item de lixo eletrônico, importante o acompanhamento de como os bancos estão destinando o lixo eletrônico que produzem, já que possuem uma quantidade alta de computadores e outros eletrônicos, que com o tempo vão se desgastando e precisam de uma destinação correta. Abaixo se encontra as respostas dadas ao ISE no ano de 2018.

	e) Lixo eletrônico - Procedimentos sistemáticos e regulares	e) Lixo eletrônico - Metas de redução	e) Lixo eletrônico - Monitoramento
Bradesco	x		x
Santander	x	x	x
Itau	x	x	x

Tabela 21 – Respostas ao questionário do ISE – Lixo Eletrônico
Fonte: ISE – 2018

Algumas ressalvas quanto aos anos anteriores, o Bradesco respondeu no ano de 2015 que havia metas para lixo eletrônico e de 2016 a 2018, passaram a não ter metas, somente procedimentos e monitoramento. O Santander passou a ter metas em 2018 e o Itaú a partir de 2016.

No Relatório Anual do Banco Santander de 2015, 2017 e 2018 não foram apresentados nenhum tópico ou levantamento sobre lixo eletrônico, mesmo com a resposta dada ao ISE sendo positiva. Já em 2016, apresentaram o método de destinação dos resíduos eletrônicos, sendo utilizado a reciclagem desses materiais. Não apresentaram nenhuma meta de redução deste item. Abaixo, as quantidades destinadas para a reciclagem de cada tipo:

	Em peças	
	2015	2016
ATM (Caixas eletrônico)	2.685	546
CPU	7.123	7.953
Telefones/Periféricos	5.943	14.828

Tabela 22 – Quantidade destinados a reciclagem de lixo eletrônico do Santander em peças
Fonte: Relatório anual

	Em kg	
	2015	2016
Plástico	26.917	5.470
Metal	1.304.465	265.267

Tabela 23 – Quantidade destinados a reciclagem de lixo eletrônico do Santander em kg
Fonte: Relatório anual

O Banco Itaú tem o objetivo de reduzir os resíduos enviados à aterros sanitários e implantaram a coleta seletiva nos seus principais centros para descarte sustentável de todo o lixo eletrônico. Em 2015, o banco apresentou algumas iniciativas em relação a destinação de resíduos eletrônicos, sendo eles:

- ✓ Descarte dos resíduos eletrônicos: quando os equipamentos chegam ao fim da vida útil, passam pelo processo de manufatura reversa e são reinseridos na cadeia produtiva como matéria-prima. Contou com 525,67 toneladas de resíduos descartados e utilizado essa metodologia.
- ✓ Reutilização de equipamentos no *Data Center*: quando uma aplicação é desabilitada, é feita uma análise e quando possível é utilizada em novas aplicações, evitando a aquisição de novos equipamentos. Esse método evitou o descarte de 2 toneladas de resíduos eletrônicos.
- ✓ Descarte sustentável de *iTokens*: com a desativação dos *iTokens* implantaram diversos pontos de coleta para aceitarem esses dispositivos e realizar a destinação sustentável.

Em 2016, foi realizado um Kaizen destinado ao tema de resíduos eletrônicos e com isso foi criada uma meta estimada de 178 toneladas de geração de resíduos de REEE (Resíduos de Equipamentos Eletrônicos) até 2020, englobando *notebooks* e caixas eletrônicos. Neste mesmo ano, além de manterem as iniciativas implantadas em 2015, tiveram mais algumas iniciativas, como:

- ✓ Reutilização de componentes dos caixas eletrônicos: os componentes dos caixas que estão danificados são destinados de forma ambientalmente correta, já os componentes que estão em bom estado são reutilizados.
- ✓ Extensão no tempo de utilização de *notebooks*: os equipamentos estão sob contrato de leasing, a princípio com um tempo de utilização de 3 anos, e com uma visão mais eficiente, aumentaram o tempo para 4 anos.

Já no Relatório Anual de 2017, o Itaú publicou que 100% do material enviado é reciclado, adotando o conceito de “Aterro Zero”, reaproveitando todos os componentes das máquinas.

Em 2018, além de todos os itens citados anteriormente, implementaram também outras três iniciativas:

- ✓ Atualização de *switches* SAN *Mainframe*: reaproveitamento de *switches* inativos, postergando em 2 anos o investimento em novos equipamentos.
- ✓ *Swap* de CPUs: reaproveitamento da infraestrutura dos CPUs.
- ✓ Painéis elétricos: reaproveitamento de painéis elétricos evitando a compra de novos.

Essas ações totalizaram uma economia de R\$ 33.468.435,46. Abaixo, conseguimos analisar a quantidade de resíduos destinados a reciclagem:

	Em ton			
	2015	2016	2017	2018
Total	1.988	2.643	4.093	883

Tabela 24 – Quantidade destinados a reciclagem de lixo eletrônico do Itaú
Fonte: Relatório anual

Em 2018 reduziram drasticamente a destinação de resíduos eletrônicos para a reciclagem, em torno de 78% de redução, porém, mesmo com essa redução não atingiram a meta que era de 235,6 ton. A meta para 2019 é de 178 ton.

No Bradesco, o tema está sucinto, apresentado apenas no relatório de 2018, informando que os equipamentos eletrônicos são coletados por meio de logística interna ou diretamente pelos fornecedores e encaminhados para reciclagem. Os alunos da Fundação Bradesco e funcionários também tinham locais onde podiam descartar seus resíduos eletrônicos para serem destinados corretamente. Neste mesmo ano, foram destinadas 6,05 toneladas de resíduos para reciclagem durante a campanha.

6.3.7. Energia Renovável

Todos os bancos alegam utilizar energia renovável em seus estabelecimentos, somente o Banco Bradesco não possui metas para ampliação nos próximos 12 meses.

	a) Energia renovável - Procedimentos sistemáticos e regulares	a) Energia renovável - Metas	a) Energia renovável - Monitoramento
Bradesco	X		X
Santander	X	X	X
Itau	X	X	X

Tabela 25 – Respostas ao questionário do ISE – Energia Renovável
Fonte: ISE – 2018

Em relação ao banco Santander, no Relatório Anual divulgado em 2016, houve a publicação da medição de utilização de energia renovável em prédios administrativos e agências, energia provenientes de PCHs (Pequena Central Hidrelétrica) e eólica. Porém esta informação foi descontinuada nos relatórios seguintes, e não houve justificativa para a não publicação destes números.

	Em Gj			
	2015	2016	2017	2018
Consumo energia renovável	103.651	91.267	-	-

Tabela 26 – Consumo de energia renovável do Santander
Fonte: Relatório Anual

Em 2017, publicaram que estão atuando de forma crescente no Mercado Livre de Energia e em contratos de geração distribuída para aumentar a participação de energias de fontes renováveis no seu consumo. A partir desse ano, foi publicado o consumo de combustível renovável pelo banco, etanol e biodiesel:

	Em Gj			
	2015	2016	2017	2018
Consumo combustível de fonte renovável	36.947	25.848	17.130	23.420

Tabela 27 – Consumo de combustível renovável do Santander
Fonte: Relatório Anual

Encerraram o ano de 2018 com 16% da eletricidade sendo proveniente de projetos de geração distribuída a partir de energias renováveis e de Mercado Livre de fontes incentivadas. E o estado de Minas Gerais, conta com 100% da sua energia proveniente de fonte renovável. Não houve publicação de metas de ampliação na utilização de energia renovável. Analisando o Santander Global, em 2018, 53% da energia utilizada foi proveniente de energia renovável.

No Itaú, na publicação de 2015, consideravam que 81% de toda energia elétrica consumida pelos prédios administrativos eram provenientes de energias renováveis

(solar, eólica, biomassa e PCHs). Com meta de aumentar para 96% até 2020. Em 2016, conseguiram atingir 89% de energia renovável e em 2017, 95%.

Em 2017, desenvolveram no Centro Empresarial e Centro Administrativo Tatuapé projetos para utilização de três tecnologias para conversão de energia solar para elétrica, os painéis fotovoltaicos e outras tecnologias que utilizam filmes fotovoltaicos orgânicos que são capazes de gerar energia elétrica a partir da luz do Sol. Terão capacidade de gerar 31.500 kWh/ano. Sendo uma possibilidade de utilização na geração de energias na rede de agências, que ainda contam com a energia provenientes das concessionárias.

O Itaú começou, em 2018, a utilizar Fazendas Solares para abastecer 200 agências em Minas Gerais com energia solar, e tem meta para expandir essa ideia a outras regiões do país até 2020. Neste mesmo ano, baixou para 93% o consumo de energias renováveis em prédios administrativos, pois começaram a contabilizar o consumo de novos prédios do Atacado, e ainda utilizam energia das concessionárias.

	Em GJ			
	2015	2016	2017	2018
Consumo de energia renovável	679.764	734.111	786.992	755.260

Tabela 28 – Consumo de combustível renovável do Itaú
Fonte: Relatório Anual

Em comparação com 2015, o Itaú aumentou o consumo de energia renovável em 11%, sendo que em 2017 consumiu uma quantidade maior.

Já no Banco Bradesco, toda a energia elétrica consumida é proveniente do Sistema Interligado Nacional (SIN), mesclando as fontes renováveis e não renováveis. Desta forma, não há publicação do banco em relação a quantidade de energia renovável utilizada dentro do consumo nesse sistema. Também não há publicação de metas de consumo de energias renováveis, conforme resposta ao ISE.

Em 2018, publicaram apenas que houve uma geração de 97 GJ em 2018 e 118 GJ em 2017, provenientes de painéis fotovoltaicos.

6.3.8. Utilização de água de reuso

Todos os bancos responderam positivamente ao questionário do ISE na questão de utilização de água de reuso, tendo procedimentos e monitoramento. Apenas o Bradesco alegou que há metas de utilização de água de reuso.

	b) Água de reuso - Procedimentos sistemáticos e regulares	b) Água de reuso - Metas	b) Água de reuso - Monitoramento
Bradesco	x	x	x
Santander	x		x
Itau	x		x

Tabela 29 – Respostas ao questionário do ISE – Água de Reuso
Fonte: ISE – 2018

O Santander, desde 2007, em todas as agências construídas ou reformadas, o item de captação de água da chuva é sempre implantado. E na Sede e *Data Center* de Campinas, que também possuem esse sistema, essa água pode ser utilizada nas descargas e irrigação do jardim.

Não há publicação de monitoramento, ou seja, não foi encontrado em nenhuma das publicações do período analisado informações de acompanhamento de indicadores de utilização de água de reuso, que também não é considerada na medição de consumo de água. E na publicação do Santander Global, não há nenhuma informação também, pois entendem que não é aplicável devido ao tipo de atividade do grupo.

No Itaú, uma das suas iniciativas de redução de consumo de água é o abastecimento do sistema de rega do jardim no prédio Torre Eudoro Villela com água de reuso. E a água captada da chuva é utilizada também para irrigação nos prédios administrativos. Em 2015, a estação de tratamento de esgoto do CTMM começou a operar.

Em 2016, começaram a utilizar a água de reuso também nas limpezas das fachadas, que reduziram a 2 vezes ao ano. Já em 2017, implantaram a utilização de água de reuso nos sistemas de ar-condicionado e na agência Butantã, onde diversos itens sustentáveis foram instalados como piloto, foi implantado o sistema de captação de águas pluviais.

Para 2019, a meta é de utilizar a água de reuso nos sanitários e a substituição para sanitários a vácuo, e ainda estabeleceram uma meta de captar mais 30 mil m³ para o ano. Apesar do Itaú não ter respondido no questionário do ISE que não possuem metas para utilização da água de reuso, em 2018 foi publicado uma meta para captação e utilização.

	Em m ³			
	2015	2016	2017	2018
Consumo de água de reuso	138.546	94.051	72.185	77.830

Tabela 30 – Consumo de água de reuso do Itaú
Fonte: Relatório Anual

A redução de consumo de 2016 foi devido à desativação do Centro Administrativo Raposo, que era um dos polos que utilizavam a água de reuso. Em 2018 em relação ao ano anterior, houve um aumento de 8%.

No Bradesco, no ano de 2017, foi publicado que houve a implantação de sistema de captação de água de chuvas e a construção de uma estação de tratamento de efluentes no Núcleo Cidade de Deus, que terá capacidade de atender 1/3 da demanda com água de reuso para a utilização nos sanitários, torres de resfriamento e irrigação. Em 2018, foi divulgado que essa ETE terá capacidade de produção de 8 milhões de litros/mês, zerando o esgoto lançado na rede pública. A estação produz o equivalente ao consumo mensal de 1,2 mil casas populares, com economia de R\$ 1 milhão e esta água é disponibilizada para a comunidade do entorno.

Não foi mencionado em suas publicações as metas para utilização de água de reuso em nenhum dos períodos analisados, conforme respondido positivamente no questionário do ISE. Mas, publicaram os consumos dessa água por ano:

	Em m ³			
	2015	2016	2017	2018
Total	118.700	74.752	71.045	71.186

Tabela 31 – Consumo de água de reuso do Bradesco
Fonte: Relatório Anual

A redução de utilização entre 2015 e 2016, não foi justificada nas publicações dos Relatórios Anuais, mas é possível analisar que houve uma estabilização na utilização nos anos que seguiram.

	Em m ³	
	Consumo de água	Consumo por funcionário
Santander Brasil	-	-
Santander Global	-	-
Itaú	77.830	0,78
Bradesco	71.186	0,72

Tabela 32 – Comparação entre bancos – Água de reuso
Fonte: Relatório Anual

É possível realizar a comparação entre somente entre o banco Bradesco e o Itaú, pois o Santander não publicou o seu consumo de água de reuso. Entre esses dois bancos, é possível verificar que o consumo é muito próximo de água de reuso.

6.3.9. Utilização de material com certificado FSC

O certificado FSC (*Forest Stewardship Council*) é uma certificação florestal que promove o manejo florestal responsável, portanto é uma garantia de que o material utilizado para determinado item foi verificado a questão ambiental antes da sua utilização.

No questionário do ISE todos os bancos responderam que utilizam de materiais com certificação FSC, possuem metas e monitoram essa utilização.

	c) Materiais com certificação FSC - Procedimentos sistemáticos e regulares	c) Materiais com certificação FSC - Metas	c) Materiais com certificação FSC - Monitoramento
Bradesco	X	X	X
Santander	X	X	X
Itaú	X	X	X

Tabela 33 – Respostas ao questionário do ISE – Material FSC
Fonte: ISE – 2018

Os bancos Santander e Itaú responderam somente no ano de 2018 que havia metas para utilização de materiais com certificação FSC, o Bradesco somente em 2016 não tinha metas para este item.

No Santander, foi verificado apenas no Relatório Anual do ano de 2017 uma menção sobre este tema, porém como um dos critérios para liberação de crédito, no qual o solicitante não poderia utilizar madeiras sem certificação. Não houve nenhuma outra menção sobre o tema, quanto a procedimentos, metas ou monitoramento, conforme mencionam no questionário.

No relatório do Itaú dos anos de 2015, 2016 e 2018 mencionaram que 100% do papel utilizado tem certificação FSC e o todo mobiliário adquirido também possuem esta certificação. Porém, não houve menção sobre metas sobre o tema em nenhum dos anos.

Todo os materiais utilizados na infraestrutura do Bradesco são homologados pela área de Padronização do Departamento do Patrimônio, portanto todo material e mobiliário

a ser utilizado deve possuir a certificação FSC. Essa informação foi publicada nos relatórios anuais de 2016 e 2018. Porém, não houve menção sobre metas desse tema.

Todos os bancos responderam que atendem a este item, tanto nos procedimentos, metas e monitoramento, porém nas publicações dos Relatórios de Sustentabilidade dos três bancos, ou foram sucintos no assunto ou não publicaram todas as informações necessárias para comprovação de que este item é cumprido na sua totalidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante ver que o tema de sustentabilidade está criando grandes proporções ao redor do mundo, diversos programas e metas globais estão sendo criadas e espalhadas para todos, mas ainda assim, temos muitas evidências de que a ação do homem sobre o meio ambiente tem causado danos irreparáveis. E diante dessa visão, é importante que haja conscientização de mais pessoas sobre a preservação do meio ambiente. Não somente da população, mas também das grandes empresas, que podem causar grandes impactos negativos, como também utilizar da sua influência para gerar impactos positivos.

Com essa ideia, este trabalho teve como objetivo analisar as divulgações de relatórios de sustentabilidade dos grandes bancos que estão no Brasil, comparando com as respostas dadas ao ISE. As instituições financeiras, mesmo não tendo um impacto direto ao meio ambiente do seu serviço prestado, ainda assim precisa ser ecoeficiente, tendo monitoramento dos seus consumos de água, luz, papel, emissão de gases para atmosfera e utilização de fontes renováveis para geração de energia. E, além disso, sempre zelar pelo seu processo de financiamento, garantindo que os empreendimentos/projetos estejam sempre de acordo com as leis ambientais, e se possível, ter a garantia de trazer alguma vantagem para o meio ambiente. E, analisando as publicações, os três bancos analisados garantem esse processo, pois seguem o Princípio do Equador.

Analisando os relatórios anuais, onde constam as informações sobre sustentabilidade dos bancos, interessante ver que todos se mostram preocupados com assuntos como a mudança do clima, emissão de gases de efeito estufa, energia renovável, entre outros, e alguns até participam de eventos de grande importância para o assunto, incentivando mais ainda a mudança de visão para os problemas relacionados a esses pontos.

Quanto à análise das divulgações de ecoeficiência também foi um ponto positivo com ressalvas para os três bancos analisados. Para alguns temas, há ressalvas para a publicação, como por exemplo, o Itaú publicar em um ano metas para o ano seguinte e no relatório do ano seguinte, divulgar um valor de meta diferenciado, sem mencionar o motivo da alteração. O Santander responder ao questionário alegando ter monitoramento/metras, porém essas informações não serem divulgadas ou não estarem claras. E o Bradesco, responder que há monitoramento, porém, não divulgar os indicadores desses itens. Portanto, precisam melhorar a divulgação de algumas informações, para ter coerência entre os anos e também com o questionário respondido, desta maneira fica mais claro para o *stakeholder* e a todos os interessados na informação, de que o banco é de fato ecoeficiente e que as informações divulgadas são confiáveis.

Seria interessante conseguirem colocar nas divulgações todos os ganhos financeiros e não financeiros das iniciativas implantadas, dessa forma, é possível que os interessados tenham a visão da importância do tema e que o assunto de meio ambiente não é algo que traz prejuízo à empresa. Alguns itens analisados no Itaú apresentam essa informação, e foi bem interessante analisar qual foi o valor investido versus o valor economizado, a visão fica muito mais clara ao leitor.

Assim, o desafio continua para as empresas analisadas, continuarem com iniciativas que trazem benefícios ao meio ambiente e divulgarem de forma clara e objetiva no relatório de sustentabilidade todos os indicadores importantes para a melhor compreensão dos *stakeholders*. Para estudos futuros seria interessante que sejam analisados todos os itens do questionário do ISE para as instituições analisadas neste trabalho e também para todas as empresas que estão na carteira, validando as informações publicadas e respondidas.

REFERÊNCIAS

ALVES, R.R. Ecoeficiência e práticas ambientais no Banco do Brasil, 2009. Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=203400. Acesso em: 26 de maio de 2018.

BRADESCO. **Relatório anual 2015**. São Paulo, 2015.

BRADESCO. **Relatório anual 2016**. São Paulo, 2016.

BRADESCO. **Relatório anual 2017**. São Paulo, 2017.

BRADESCO. **Relatório anual 2018**. São Paulo, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília, DF, Poder Executivo, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Resolução CMN nº 4.327**, 2014. Brasília, DF, Conselho Monetário Nacional, 25 de abril de 2014.

BRASIL. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**, 1992. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

BRASIL. **Normativo SARB nº 14**, 2014. Brasília, DF, Poder Executivo, 28 de agosto de 2014.

BRASIL. **Resolução CFC 1.003 - NBC T 15**, 2004. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t15.htm>. Acesso em: 26 de maio de 2018.

CAVALCANTE, Z.V; SILVA, M.L. **A importância da revolução industrial no mundo da tecnologia**, 2011. Disponível em: https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2011/wp-content/uploads/sites/86/2016/07/zedequias_vieira_cavalcante2.pdf. Acesso em: 09 de maio de 2018.

CRISTÓFALO, R. *et. al.* **Sustentabilidade e o mercado financeiro: estudo do desempenho de empresas que compõem o índice de sustentabilidade empresarial (ISE)**, 2016. Acesso em: 13 de outubro de 2019.

FONSECA, Mariana. **Afinal, o que é estratégia no mundo das empresas?**, 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/videos/dicas-para-empreendedores/afinal-o-que-e-estrategia-no-mundo-das-empresas/>. Acesso em: 03 de abril de 2018.

FORNO, Marlise. **Fundamentos em gestão ambiental**, 2017. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad108.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>

GIL, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2º ed. São Paulo: Editora Atlas, 1989. 44 p.

GOLDEMBERG, José. **Mudanças climáticas e desenvolvimento**, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000200008. Acesso em: 09 de maio de 2018.

IFC, International Finance Corporation. **Banking on Sustainability – Financing Environmental and Social Opportunities in Emerging Markets**. Washington, 2007. Acesso em 07 de outubro de 2019.

ISAR, International Standards of Accounting and Reporting. **Accounting and Financial Reporting for Environmental Cost and Liabilities**, 1998. Disponível em:

<http://isar.unctad.org/isar32/wp-content/uploads/sites/4/2015/10/Accounting-and-Financial-Reporting-for-Environmental-Costs-and-Liabilities.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

ISE, Índice de Sustentabilidade Empresarial. **O que é ISE?**, 2017. Disponível em: <http://isebvmf.com.br/o-que-e-o-ise?locale=pt-br>. Acesso em: 27 de março de 2018.

ITAÚ. **Relatório anual 2015**. São Paulo, 2015.

ITAÚ. **Relatório anual 2016**. São Paulo, 2016.

ITAÚ. **Relatório anual 2017**. São Paulo, 2017.

ITAÚ. **Relatório anual 2018**. São Paulo, 2018.

JANTALIA, Fabiano. **Boletim de responsabilidade social e ambiental do sistema financeiro**, 2007. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200703.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2018.

MONTEIRO, P.R.; FERREIRA, A.C. **A evidenciação da informação ambiental nos relatórios contábeis: Um estudo comparativo com o modelo do ISAR/UNCTAD**, 2007. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/download/17/7>. Acesso em 20 de maio de 2018.

NASCIMENTO, Luis Felipe. **Gestão ambiental e sustentabilidade**, 2012. Disponível em: http://www.ufjf.br/engsanitariaeambiental/files/2012/09/Livrotexto_Gestao_Ambiental_Sustentabilidade4.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2018.

SANCHEZ, Aretha. **Atividades Humanas e Mudanças Climático-Ambientais: Uma Relação Inevitável**, 2009. Disponível em: http://pelicano.ipen.br/PosG30/TextoCompleto/Aretha%20Sanchez_M.pdf. Acesso em: 09 de maio de 2018.

SANTANDER. **Relatório anual 2015**. São Paulo, 2015.

SANTANDER. **Relatório anual 2016**. São Paulo, 2016.

SANTANDER. **Relatório anual 2017**. São Paulo, 2017.

SANTANDER. **Relatório anual 2018**. São Paulo, 2018.

SANTANDER GLOBAL. **Relatório anual 2018**. São Paulo, 2018.

SANTOS, P.; PORTO, R. **Responsabilidade ambiental e lealdade de clientes em banco de varejo**, 2014. Acesso em: 13 de outubro de 2019.

SOUZA, Franciéle. **O desenvolvimento sustentável como novo paradigma**, 2013. Disponível: <http://periodicos.unifacel.com.br/index.php/forumadm/article/view/680>. Acesso em: 29 de maio de 2018.

TREVISAN, Marcelo *et al.* **Uma ação de responsabilidade socioambiental no rodeio internacional**, 2008. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_STP_079_549_11888.pdf. Acesso em 27 de março de 2018.

UNEP, UNEP Finance Initiative. **Guide to Banking and Sustainability – Edition 2**, 2016. Acesso em 13 de outubro de 2019.

UNIETHOS. **Sustentabilidade nas instituições financeiras – Os novos horizontes da responsabilidade socioambiental**, 2014. Disponível em: <http://www.siteuniethos.org.br/wp-content/uploads/2014/05/SustentabilidadeCortado.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2018.

VELLANI, C.L.; RIBEIRO, M.S. **Sistema contábil para gestão da ecoeficiência empresarial**, 2008. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772009000100003.

Acesso em: 25 de março de 2018.

VELLANI, Cassio. **Passivo ambiental e a ecoeficiência**, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Juliana/Documents/UNIFESP/7%C2%BA%20Termo/TCC%20I/Artigos%20e%20materiais/130-640-1-PB.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2018.

WBCSD, World Business Council for Sustainable Development. **Eco-efficiency learn module**, 2006. Disponível em: http://wbcserver.org/wbcserver/publications/cd_files/datas/capacity_building/education/pdf/EfficiencyLearningModule.pdf. Acesso em: 28 de março de 2018.

ZUANAZZI, F. *et al.* **Desenvolvimento de um modelo para avaliar a sustentabilidade nas micro e pequenas empresas**, 2016. Acesso em: 15 de outubro de 2019.